



REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL





A Obra “O Espadim do Cadete” Símbolo da Honra Militar

Óleo sobre tela do Pintor Sergio Telles (Diplomata Sergio Barcellos Telles) é uma “pintura simbolista” retratando os valores do Cadete de Caxias.

Este quadro pertence ao acervo da Academia Militar das Agulhas Negras - AMAN e não é conhecido pela sociedade artística. Foi doado em 1957, pessoalmente pelo autor, com a presença de seu genitor, ao então Comandante da AMAN, General Hugo Panasco Alvim.

Descrição do quadro e interpretação de seu significado: é um conjunto simbólico; em posição central, em destaque o Espadim do Cadete, reprodução da espada de campanha, gloriosa, do Duque de Caxias, de cujo aço se forjaram os elos da união nacional. O Espadim, no quadro, repousa sobre as tradições dos uniformes históricos: a pelerine na cor azul turquesa, na gola aparecendo o brasão da Academia Militar, barretina, charlateira de 1852, palmatória escarlate e ouro; e cordões com borlas, distintivo de cada um dos anos de formação. Por dentro da pelerine a cor azul do Estandarte do Corpo de Cadetes. Estes símbolos heráldicos como que unindo os uniformes do Exército do Império, com os do presente. Em posição altaneira, no fundo e na parte superior do quadro ocupando mais da metade da tela, em dia claro e radioso, as cores da Bandeira do Brasil, comungando os símbolos da Honra Militar com os da nacionalidade.

O Autor

O artista plástico (desenhista, pintor e ilustrador) Sergio Telles, é reconhecido mundialmente e tem suas obras expostas nos principais museus internacionais.

Sergio Barcellos Telles, filho de Adail Telles e de Julieta Telles nasceu em 14 de abril de 1936, na cidade da Guanabara, antigo Distrito Federal, atual município do Rio de Janeiro e faleceu em São Paulo em 24 de janeiro de 2022, aos 85 anos. Foi aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro e Cadete da AMAN, durante o ano de 1954.

“Sergio Barcellos Telles participou pela primeira vez do Salão Nacional de Belas Artes em 1954, realizando a sua primeira exposição individual em 1955, no Rio de Janeiro. Em 1957, em viagem pela Europa, visitou museus da Itália, França, Holanda e Portugal, e fez estágio nos serviços de restauração da Pinacoteca do Vaticano.

Em 1964, tendo concluído o Curso de Direito, ingressou na carreira diplomática no Ministério das Relações Exteriores por concurso público. Como diplomata, exerceu diversas funções no Brasil e em países como Portugal, Argentina, Angola, Japão, França, Malásia, Líbano, Suíça e Tunísia. Na década de 70, realizou desenhos e óleos, publicados em livro, com a colaboração de Jorge Amado e Jeanine Warnwood. É autor de *Nivouliès de Pierrefort*, editado em Buenos Aires pelo Museu de Arte Moderna, 1974; e ilustrador de Rio de Janeiro, lançado no Museu Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, em 1978.

Sua obra figura em museus como o Museu Nacional de Belas Artes /Ibram; o Museu de Arte de São Paulo (Masp); o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro MAM-Rio; o Museu Carnavalet e o Museu de Arte Moderna da Cidade de Paris; no Museu Nacional Grão Vasco (Viseu – Portugal), e no Museu Nacional de Soares dos Reis (Porto – Portugal); o Musée du Petit Palais (Genebra – Suíça); os Museus de Arte Moderna de Buenos Aires (Argentina) e de Kobe (Japão); o Bridgestone Museum (Tóquio – Japão); o Museu Pouchkine (Moscou – Rússia); o Hermitage (São Petersburgo – Rússia); a Galeria Nacional de Kuala Lumpur (Malásia); e no Museu da Cidade de Túnis (Tunísia)” - (fonte: IBRAM).

Informações Técnicas

Autor: Sergio Telles, 1957, gênero: pintura tema simbólico. Técnica: tinta a óleo sob tela. Dimensões: 135 cm de altura X 165 cm de largura, em moldura de madeira.

Visite

A obra de arte está exposta em local de trabalho, no Gabinete do Comandante do Corpo de Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, em Resende/RJ. Está posicionada em local de destaque e de forma emblemática aos Cadetes de Caxias, pelo conjunto de seus significados; transmitindo valores a todos que frequentam o modelar estabelecimento de ensino.



REVISTA DA AHIMTB
ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR
TERRESTRE DO BRASIL

vol. 1, n. 7, 2023

Resende, RJ
2023

EXPEDIENTE

Conselho Editorial

Editor

Academia de História Militar Terrestre do Brasil – Marechal Mário Travassos AHIMTB .

Localização: Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN

Conjunto Principal II – Biblioteca Cel. Panizzutti

Endereço: Rodovia Presidente Dutra Km 306

Resende – RJ

Carlos Roberto Peres – Cel. Eng. Ref. – Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras e em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pós-graduação em Relações Internacionais pela Universidade Cândido Mendes

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares e em Política, Estratégia e Alta Administração Militar, ambos pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Professor de História Militar na Academia Militar das Agulhas Negras desde 2018 e atual Presidente da Diretoria Executiva da AHIMTB.

Anvalgleber Souza Linhares – Cel. Inf. Ref. – Vice-Presidente da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

Graduação em Direito pelo Centro Universitário de Barra Mansa (UBM)

Especialização em Direito Internacional dos Conflitos Armados pela Escola Superior de Guerra (ESG)

Especialização em Direito Civil Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/MG)

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Mestrado em Direito pelo Centro Universitário Salesiano de São Paulo (UNISAL).. Professor de Direito da AMAN e UBM.

Antonio Carlos Simon Esteves – Cel. Inf. Ref. – Secretário da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras

Graduação em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS

Especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco

Especialização em Educação pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército

MBA pela Fundação Getúlio Vargas

MBA pela ISCTE – Lisboa/PT

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais

Mestrado em Comunicação Social e Educação pela UFRJ.

Alexandre Neves Lemos Esteves. Cel. Inf. – Relações Públicas da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Graduado em História pela UNIRIO e pós-graduado em Política e Estratégia.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2018.

Durland Puppim de Faria. Cel. Int. 1º Tesoureiro da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO).

Graduado em Direito e História, pós-graduado em Ciências Políticas e História Militar e mestrando em História Cultural.

Professor da Cadeira de História Militar da AMAN, desde 2009.

João da Costa Paiva Filho – Cel. Inf. Ref. – Coordenador da AHIMTB.

Graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) Mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) Doutorado em Aplicações, Planejamento e Estudos Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Especialização em Gestão Estratégica de Recursos Humanos pela UFRJ.

Julio Cesar Fidelis Soares. Professor Universitário. Conselheiro Fiscal da AHIMTB.

Mestre em História Social.

Pesquisador membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil e da Academia Resendense de História. Integrante do Instituto de Estudos Valeparaibanos e do Grupo de Preservação da História da FEB – Capitão Cobra – Resende - RJ (Instituto de Pesquisas e História Militar Duque de Caxias - RESENDE RJ - Reencenação Histórica Militar).

Marcos Cotrim de Barcellos. Professor Universitário. Membro da AHIMTB.

Graduação em Filosofia pelo Centro Unisal de São Paulo.

Mestrado em Filosofia pela UFRJ.

Doutorado em História Social pela UFRJ.

Professor de Filosofia e História da Educação, Filosofia e História do Direito, na Associação Educacional Dom Bosco.

Professor de História da Filosofia, Filosofia da Ciência e Filosofia da Natureza no Centro Universitário Salesiano de São Paulo.

Projeto Gráfico e diagramação da Revista

Maria Aparecida Ladeira da Cunha

Desenvolvedor

Kélcio José Gomes

7ª Edição

vol. 1, n. 7, 2023

Periodicidade

Semestral

Site: www.revistamilitarterrestre.com.br

Contato: contato@revistamilitarterrestre.com.br



EDITORIAL

REVISTA DA ACADEMIA DE HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL | ANO 04 | NÚMERO 07

Antonio Carlos Simon Esteves¹

Prezados leitores,

A edição nº 07 (dezembro de 2023) da Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil - AHIMTB, se antecipa e se incorpora às comemorações, que se farão realizar em 23 de abril de 2024, do 213º aniversário da Academia Militar (Casa do Trem), e 80º aniversário de instalação da Academia Militar das Agulhas Negras (sexta sede de formação de Oficiais do Exército Brasileiro), na cidade de Resende, Estado do Rio de Janeiro, (1811-1944-2024).

Este número traz dois textos referentes a efeméride: um artigo escrito por acadêmicos da AHIMTB, que se debruçaram sobre a localização da legendária pedra (cápsula) inaugural de lançamento da construção da Academia em Resende e de um artigo de um antigo Cadete, que rememora fatos comentados por terceiros, acerca das obras da época de sua construção na década de 40, bem como de sua ampliação ao final dos anos 80 do século XX.

Neste contexto das comemorações das oito décadas decorridas, a capa da Revista da AHIMTB dessa edição, nos presenteia com a imagem do quadro do renomado Pintor Sergio Barcellos Telles que retrata alguns símbolos do Cadete de Caxias. Símbolos revividos pelo Marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque desde 1931, quando assumiu o Comando da Escola Militar do Realengo até a consecução

¹ Possui graduação em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras – Infantaria/ AMAN, em 1977 - Turma Tiradentes. Em Administração pela Universidade Dom Bosco – Campo Grande/MS, pós-graduação e especialização em Educação pela Associação Educacional Dom Bosco e pelo Centro de Estudos de Pessoal do Exército. MBA pela Fundação Getulio Vargas e ISCTE – Lisboa/ PT; mestrado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Mestrando em Comunicação Social e Educação pela UFRJ. Professor concursado do Magistério do Exército nas disciplinas de Introdução à Economia e Introdução à Administração na AMAN. Professor Emérito da Academia Militar das Agulhas Negras. Chanceler do Centro Universitário Dom Bosco do Rio de Janeiro, Presidente da Associação Educacional Dom Bosco – Resende/RJ.

de seu ideal, em 01 de março de 1944, com a inauguração da Escola Militar de *Resende*.

Ao longo da história pátria grandes pensadores e estudiosos tem escrito sobre a temática militar, em particular sobre as escolas de formação do Exército Brasileiro. Por ocasião dessas comemorações em 2024, duas grandes obras literárias servem de embasamento e de pesquisa histórica: uma trata sobre a vida do Marechal José Pessoa - “A Força de um Ideal” escrito pelo Coronel Veterano Hiram de Freitas Câmara e a outra, uma sinopse cronológica da Academia Militar - no almanaque “Academia Militar” Dois Séculos Formando Oficiais para o Exército, de autoria de vários colaboradores, cujo Coordenador do Projeto foi o Cel Veterano Carlos Roberto Peres, Presidente da AHIMTB - Resende.

Na mesma linha do enriquecimento do vasto patrimônio histórico-cultural do Exército da Nação Brasileira, conforme defendido pelo Marechal José Pessoa, na trajetória de sua vida; os autores Aspirante a Oficial Francisco Linard Mendes Bezerra e Coronel Rodrigo Félix Owerney, apresentam o artigo “A Criação de Novas Tradições: estudo de caso do Patrono da Artilharia do Exército Brasileiro”. Tomam como referência um dos mais importantes historiadores marxistas contemporâneos do século XX, Eric John Ernest Hobsbawm (1917-2012), tendo sido o objeto de seu estudo a construção dessas tradições no contexto do estado-nação. Hobsbawm argumentou no conjunto de suas obras que as tradições são inventadas para justificar a existência e importância de suas respectivas nações.

Os autores do artigo concluem através de diversos motivos relatados na pesquisa e no estudo da história, pela escolha acertada do Marechal Emilio Luiz Mallet como Patrono da Artilharia, pela correspondência quase perfeita existente entre o perfil profissiográfico exigido dos artilheiros e as características de Mallet como militar, que o tornam o tipo ideal de artilheiro e melhor representante do “espírito da Arma de Artilharia”.

O artigo elaborado pelos Coronéis Professores Claudio Magni Rodrigues e Walfredo Bento Ferreira Neto na AMAN que ministram as disciplinas de Relações Internacionais e Geopolítica enquanto ferramenta cognitiva na formação do oficial da linha de ensino militar bélica do Brasil, destaca a importância desse conhecimento face as responsabilidades que a sociedade e o Estado brasileiro atribuíram ao profissional militar, formado no sistema das Ciências Militares, inserido na Grande Área Defesa.

É importante lembrar que o ensino militar é regulado por lei específica, de acordo com o Art. 83 da Lei 9.394/96, que estabelece e admite a equivalência de estudos, de acordo com as normas fixadas pelos sistemas de ensino. Consolidado pelos Pareceres da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação de nº 1295/2001, aprovado em 6 de novembro de 2001 – que estabeleceu normas relativas à admissão de equivalência de estudos e inclusão das Ciências Militares no rol das ciências estudadas no país, e o de nº 147/2017, aprovado em 4 de abril de 2017 – da Inserção da Defesa no rol das ciências estudadas no Brasil. Das Portarias Normativas Interministerial MD/MEC nº 830, de 23 de maio de 2008, que dispõe sobre a equivalência dos cursos de formação de oficiais das Forças Armadas, e a nº 18, de

13 de novembro de 2008, que dispõe sobre a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino em nível de pós-graduação lato sensu.

Como conclusão do artigo, os autores citam que o arcabouço teórico-conceitual oferecido por ambas as disciplinas, oferece ao oficial formado na AMAN uma maior probabilidade de êxito em suas missões, em operações internas ou internacionais, por possibilitar o entendimento acerca da natureza e finalidade de sua profissão e do sistema e demandas nos quais está inserido.

Os Coronéis Veteranos, Júlio Raphaël de Freitas Coutinho e Marco Antônio de Freitas Coutinho, irmãos de sangue e de armas, face aos seus reconhecidos conhecimentos e oportunidades de experiência ao longo da vida civil e militar, nos presenteiam com um precioso, atual e agradável artigo para leitura e compreensão sobre a prolongada Guerra Russa contra a Ucrânia.

No artigo “A Formação Histórica dos Estados Russo e Ucrâniano: a Gênese do Conflito” os autores citando o grande escritor e dissidente soviético Solzhenitsyn, nos questionam, e perguntam, face ao maior conflito armado europeu desde a 2ª Guerra Mundial: teria causas históricas, sociológicas ou geopolíticas?

Os autores fazem com que nos aprofundemos nos “conceitos revisitados, de forma a buscar uma compreensão mais aprofundada sobre este conflito bélico resultante da invasão das forças militares russas no território ucraniano. A guerra Rússia-Ucrânia traz consigo aspectos geopolíticos que não se limitam ao horror causado pela dimensão da violência, seja nos seus reflexos econômicos globais, seja nos aspectos humanitários, decorrentes do nível de destruição de vidas humanas”.

Concito os leitores a apreciarem o artigo com muita atenção e se depararem com os novos/antigos conceitos geopolíticos (conceitos referenciais) da humanidade e seus reflexos; a preocupação da “Caixa de Pandora”, dos novos marcos civilizatórios, do nacionalismo, globalização, do algodão entre cristais, e das inúmeras consequências que nenhuma nação está livre de sofrer, por mais distante que esteja dos cenários conflituosos.

Uma boa leitura.

Antonio Carlos Simon Esteves



SUMÁRIO

A Pedra Fundamental da Escola Militar de Rezende	11
<i>Conselho Editorial da Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil</i>	
Crônica de um antigo calouro da AMAN	21
<i>Júlio Raphaël de Freitas Coutinho</i>	
A criação de novas tradições: estudo de caso do patrono da Artilharia do Exército Brasileiro	25
<i>Francisco Linard Mendes Bezerra e Rodrigo Félix Owerney</i>	
Relações Internacionais e Geopolítica enquanto ferramentas cognitivas na formação do oficial da linha de Ensino Militar Bélica do Brasil	35
<i>Claudio Magni Rodrigues e Walfredo Bento Ferreira Neto</i>	
A formação histórica dos Estados Russo e Ucrâniano: a gênese do conflito	53
<i>Júlio Raphaël de Freitas Coutinho e Marco Antônio de Freitas Coutinho</i>	



A PEDRA FUNDAMENTAL DA ESCOLA MILITAR DE REZENDE

Conselho Editorial da Revista da Academia de História Militar Terrestre do Brasil¹

RESUMO

Este trabalho trata do lançamento da Pedra Fundamental da Escola Militar de Rezende, com vista a realizar a colocação de um marco no local para onde ela foi trasladada, para possibilitar a realização dos arruamentos na frente do conjunto principal, para que todos aqueles que visitam a Academia Militar das Agulhas Negras possam rememorar aquele momento histórico. O texto trata da escolha do local para localização da Escola Militar e do grande evento que foi realizado para a colocação da capsula histórica na urna preparada e do cerimonial que constituiu o evento presidido pelo presidente da república, o Sr Getúlio Vargas e acompanhado por inúmeras autoridades civis e militares.

ABSTRACT

This work deals with the laying of the Foundation Stone of the Military School of Rezende, with a view to placing a landmark in the place where it was transferred, to allow the realization of the streets in front of the main complex, so that all those who visit the Academia Militar das Agulhas Negras can remember that historical moment. The text deals with the choice of location for the Military School and the great event that was held for the placement of the historic capsule in the prepared urn and the ceremonial that constituted the event presided over by the president of the republic, Mr Getúlio Vargas and accompanied by numerous civil and military authorities.

¹ Cel Carlos Roberto Peres; Cel Anvalgleber de Souza Linhares; Coronel João da Costa Paiva Filho; Coronel Antonio Carlos Simon Esteves; Coronel Durland Pupim de Faria; Coronel Alexandre Neves Lemos Esteves; Coronel Nery Oliveira Dornelles; Empresário Luís Renato Braganholo; e Professor Júlio Cesar Fidélis Soares.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por finalidade tratar do lançamento da Pedra Fundamental da Escola Militar de Rezende, com vista a realizar a colocação de um marco no local onde ela foi colocada, para que todos aqueles que visitam a Academia Militar das Agulhas Negras possam rememorar aquele momento histórico.

A Academia Militar, ao longo do tempo, foi um símbolo da realidade da vida militar, deslocando-se de um sítio para outro visando adquirir conhecimento e vivência nacional, mudando-se para novas localizações na busca de sua adequação às necessidades do ensino.

2 DESENVOLVIMENTO

Entre 1922 e 1930 a ocorreram vários episódios protagonizados por jovens oficiais que marcaram o ambiente político nacional. A revolução ocorrida em 1930 trouxe consequências diretas para a Escola Militar, foi nomeado seu comandante o Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque, destacado chefe militar que tivera importante atuação naquele acontecimento.

Ao assumir o comando da Escola Militar do Realengo, em 24 de outubro de 1930, o Coronel José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque tinha por objetivo reestruturar o ensino da Escola Militar.

Nessa reestruturação estabeleceu uma Cláusula Pétreia: deveria ser “considerada a escolha de novo local para a Escola, em que, a par de clima apropriado à vida intensa dos alunos, se lhes assegure meio social e condigno”. Assim, buscar um ambiente que afastasse os cadetes dos hábitos de boemia estudantil e de frequência a locais inadequados.

Em sua visão, a escolha de novo local para a Escola atenderia ao seu propósito primordial que era o de retirar a mocidade militar do contato com as agitações políticas dos grandes centros, para deixá-la assistida de mestres dedicados e devotada a sua perfeita e integral preparação profissional.

Pouco mais de um mês depois de assumir o comando da Escola Militar, no Realengo, José Pessoa já se dedicava à busca de um local para a nova sede que tinha em vista.

Em sua busca por uma nova área para localização da escola circulou pelo município de Resende, se fixando, no majestoso maciço de Itatiaia, onde se destacavam soberbas, as Agulhas Negras.

Posteriormente, certo de que aquele era o sítio ideal, voltou a Resende, acompanhado de uma comitiva de oficiais e do arquiteto Raul Penna Firme, que, vencendo uma concorrência, ficou encarregado de projetar e construir a nova escola.

Sem dúvidas, o maciço de Itatiaia, se destacava no cenário com a sua imponente estrutura orográfica. O simbolismo natural desse motivo geográfico, o ligou ao destino das futuras gerações de oficiais do Exército.

Para construção de uma nova escola foi nomeada em 1931 uma Comissão

Executiva contando com a participação do Coronel José Pessoa e os capitães Travassos e Alexandre Chaves.

Foram visitadas algumas cidades para fosse possível escolher um local que atendesse às necessidades do ensino militar.

A comissão deslocando-se para São Paulo apreciou a localidade de Resende, isso despertou o interesse por aprofundar um estudo de viabilidade de implantação da Escola Militar na região do Horto Florestal da cidade. O estudo conduziu à decisão por esta área.

Em 1938, foi nomeada nova comissão que confirmou o nome de Resende, tendo agora a obra encontrado incentivo no diretor de engenharia, general Manoel Rabelo.

No dia vinte e nove de junho de 1938, o Presidente Getúlio Vargas assinou a ata de início da construção da Escola Militar de Resende e lançou a pedra fundamental. Em seu discurso o Presidente da República destacou o seguinte:

“A Escola Militar, cuja primeira estaca acaba de ser lançada, constitui uma aspiração geral do Exército desde os seus mais humildes representantes até os mais graduados. É uma aspiração justa e generosa dos seus Cadetes, dos seus professores, dos seus comandantes, entre os quais cumpre salientar o nome do General José Pessoa, até aquele que no momento representa duplamente o exército junto ao governo nacional pela sua função de ministro e pelas virtudes militares – o General Eurico Gaspar Dutra. O instituto de educação e de preparação militares a ser construído é uma realização do estado novo. O plano de sua execução sofreu várias vicissitudes e teve de vencer extrema dificuldade. Dentro da grandiosidade do panorama em que foi localizada e da perfeição do seu aparelhamento modelar, estou certo de que cada Cadete ao penetrar nos seus umbrais sentir-se-á elevado pela própria imponência do edifício monumental onde vai efetuar os seus estudos. “Getúlio Vargas – Presidente da República”.²

O evento foi amplamente divulgado pela mídia de então. O Jornal A Lyra, da cidade de Resende, realizou uma vasta cobertura, destacando os antecedentes da vinda da Escola Militar para Resende.

Em sua edição do próprio dia 29 de junho aquele órgão informativo destacou o seguinte:

2 Discurso de lançamento da Pedra fundamental para construção da Escola Militar de Resende

Figuras 2 e 3 - Jornal A Lyra – Edição de 29 de junho de 1938.



Fonte: Arquivo Histórico de Resende.

O Jornal a Lyra em sua edição do dia 07 de julho de 1938 colocou em destaque a Cerimônia de implantação da primeira estaca da construção e o lançamento da Pedra Fundamental.

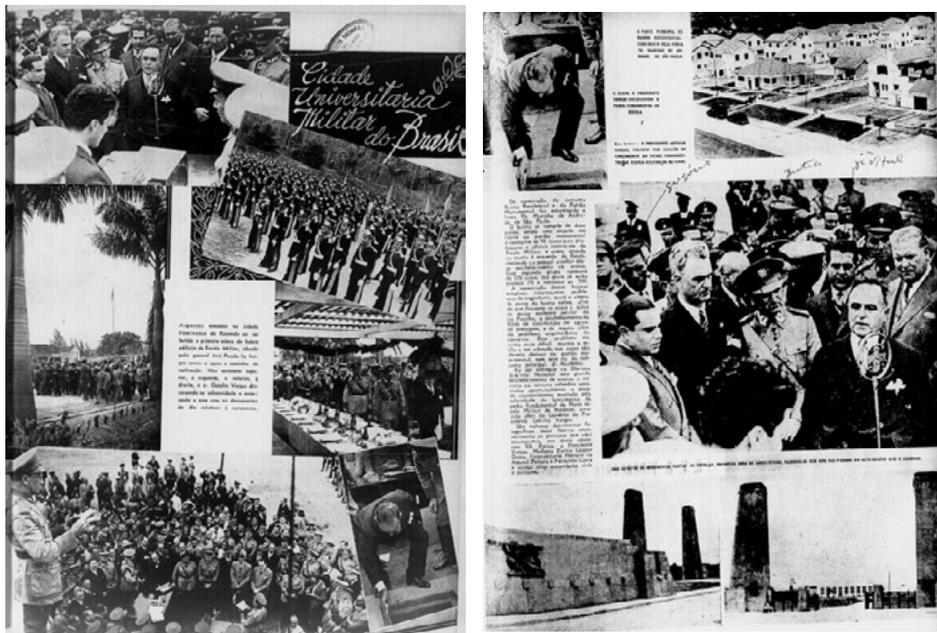
Figuras 4 e 5 – Jornal a Lyra – Edição de 7 de julho de 1938.



Fonte: Arquivo Histórico de Resende.

As cerimônias que ocorreram na área em que seria construída a Escola Militar em Rezende foram também retratadas pelo órgão de divulgação do Estado Novo, como se pode verificar a seguir:

Figuras 6 e 7 – Cobertura da Cerimônia realizada em 29 de junho de 1938



Fonte: Órgão de Imprensa do Estado Novo.

O Local onde foi batida a primeira estaca e lançada a Pedra Fundamental foi localizado ao norte da rua de acesso à sede da Fazenda Alambary no local onde ficaria o Conjunto Principal I. As imagens a seguir apresentam o terreno no início da década de 1930 e a antiga sede da Fazenda Alambary. O projeto previu o Conjunto Principal eixado com acesso à sede da fazenda e o canteiro de obras já estava delimitado pelas estacas que cercavam a área. As autoridades se deslocaram pelo eixo de acesso e se dirigiram ao local onde foi hasteada a Bandeira, possivelmente à esquerda do eixo principal, e onde foi batida a primeira estaca e depositada a urna com a documentação da pedra fundamental. Os cadetes formaram no final do acesso, tendo à sua direita as palmeiras que margeavam o acesso tendo à frente o mastro onde foi hasteada a Bandeira e realizado o cerimonial. A Revista da Escola Militar de 1938 contém uma extensa reportagem sobre esse grande evento. As fotos abaixo apresentam aspectos da cerimônia.

Figuras 8 e 9 – Imagens do local da cerimônia de 29 de junho de 1938



Fonte: Revista da Escola Militar – ano de 1938.

Figuras 10 e 11- Imagens do local da cerimônia de 29 de junho de 1938.

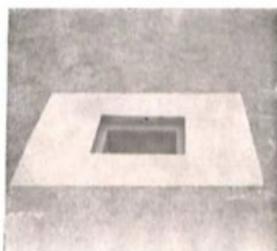


HAUSTAMENTO DA BANDEIRA NO LOCAL DO
LANÇAMENTO DA PEDRA FUNDAMENTAL DA NOVA
ESCOLA MILITAR

Fonte: Revista da Escola Militar – ano de 1938.

Figuras 8 e 9 – Imagens do local da cerimônia de 29 de junho de 1938

A uma simbologia da
Pedra Fundamental



Fonte: Revista da Escola Militar – ano de 1938.

É possível e provável que posteriormente, após a conclusão das edificações do conjunto principal I, pela necessidade de realizar o calçamento e o ajardinamento da parte frontal da Escola, a urna com os documentos do lançamento da pedra fundamental tenha sido trasladada para um local mais adequado e passível de ser visitado.

Foto 13 – Frente da escola Militar de Rezende e quiosque.



Fonte: Arquivo da AMAN.

Após o estudo das imagens adotamos como referência o nordeste da Praça General Affonseca, onde atualmente se encontra o Monumento que homenageia os quatro tenentes do Realengo que faleceram em combate, integrando a Força Expedicionária Brasileira, na segunda Guerra Mundial. O local, junto à Alameda a leste da praça, era marcado por um quiosque, conforme mostra a foto, que foi retirado por ocasião da ampliação da AMAN no bojo da FT 90. Ali estava reposicionada a urna da Pedra Fundamental.

Tal localização foi confirmada pelo Cel Claudio Moreira Bento, antigo professor de História Militar da AMAN, hoje presidente emérito da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB), por ele fundada, e que foi responsável, juntamente com o Cel Nei Salles, também professor de História Militar da AMAN, pelo levantamento da urna no local onde estava colocada.

A seguir destacamos o texto publicado no Informativo da AHIMTB em 03 de julho de 1978:

“LOCALIZAÇÃO DA PEDRA FUNDAMENTAL EM 3 JUL 1978 POR MIN E PELO TEN CEL NEY SALES CHEFE DA CADEIRA DE HISTÓRIA MILITAR.

Procuramos os seguintes funcionários srs DAMAZIO e PALMERIDES que nos indicaram o local então acima do local que fora escavado. E fomos com auxílio de funcionários escavar o local e encontramos a Pedra Fundamental uma caixa de lata toda enferrujada por atingida longo tempo por infiltração de águas e

o seu conteúdo em papel e moedas destruído. E o achado foi colocado em quarto onde o comandante General Hiran vez ou outra repousava. E dali levamos o que dela sobrou a especialistas do Arquivo Nacional e que nada conseguiram aproveitar, sendo assim recolocada no lugar onde fora enterrada . Local depois balizado por um esplendor de cimento pintado que seria retirado na construção do novo Conjunto Principal e ficava no pátio fronteiro ao hoje Memorial Marechal José Pessoa o idealizador da AMAN”.

3. CONCLUSÃO

Este trabalho realizado pelo Conselho editorial da AHIMTB teve por finalidade destacar o lançamento da Pedra Fundamental da Academia Militar de Rezende, pelo Sr Presidente da República, Getúlio Vargas, em 29 de junho de 1938. Dando continuidade ao trabalho inicial realizado pelo Cel Bento, levantando o local onde estava colocada a urna com a cápsula que continha os documentos da efeméride, a AHIMTB irá propor ao comandante da AMAN que seja colocada uma pedra originária do Maciço das Agulhas Negras, no local assinalado na foto abaixo, como previra o Marechal José Pessôa, com uma placa com o seguinte texto: “Neste local, esteve depositada a urna que continha a cápsula com os documentos da Pedra Fundamental da construção da Escola Militar de Rezende, lançada pelo Senhor Getúlio Vargas, Presidente da República, em 29 de junho de 1938”. Finalmente, este trabalho tem ainda a finalidade de tornar perene o local para onde foi trasladada a pedra fundamental da AMAN.

Foto 14 – Local proposto para localização da Pedra.



Fonte: Ass Cult da AMAN.

REFERÊNCIAS

Revista da Escola Militar – Ano XVIII – Julho – 1938. Realengo – Rio de Janeiro.

Jornal A Lyra – Ano 39 – Número 26 – 29 de junho de 1938 – Rezende – RJ.

Jornal A Lyra – Ano 39 – Número 27 – 7 de julho de 1938 – Rezende – RJ.

Informativo da AHIMTB – 03 de julho de 1978

Imagens fotográficas produzidas durante o evento pelo órgão de divulgação do Estado Novo



CRÔNICA DE UM ANTIGO CALOURO DA AMAN

Júlio Raphaël de Freitas Coutinho¹

Esta crônica retrata um acontecimento vivido por um veterano militar e de suas reflexões sobre o contexto de Histórias e/ou Estórias da construção e ampliação da Academia Militar, no sopé do Maciço das Agulhas Negras.

Começando a reflexão sobre duas grafias: História e Estória. A palavra Estória é muito antiga na língua Portuguesa, acredita-se que tenha surgido no século XIII. Empregava-se a forma estória quando a intenção era se referir às narrativas populares. Já a palavra história era utilizada em outro contexto, quando a intenção era se referir à História como ciência, ou seja, a história factual.

Enfim, a História e/ou a Estória decorrem da necessidade que todo ser humano tem de compreender o significado do mundo e de si mesmo. Daí advém os saberes humanos para a busca desses significados.

A primeira grande forma de saber foi o mito ou a narrativa sobre coisas inacessíveis à mente porque são anteriores ao tempo. A narrativa mítica é sempre uma “história das origens arcanas”². A forma seguinte de saber, é a metafísica grega que define a estrutura radical das coisas; é a ciência das essências. A terceira forma do saber humano é a teologia que trata “do que existe antes dos tempos” e do que acontecerá depois, o fim dos tempos (escatologia). A quarta forma de saber é o conjunto de ciências física, biológica, química etc. Finalmente, a quinta forma de saber é a História que se baseia em documentos e vidências. Quanto mais confiáveis os documentos e as evidências, visível se torna a História. Nenhum destes saberes substitui ou elimina os outros. Nenhum tem mais peso e importância que os outros. O mito narra, a metafísica argumenta, a teologia crê na palavra profética, a ciência prova e a História documenta os fatos e as evidências ao longo do tempo. Todos estes saberes

¹ Coronel Reformado. Foi Comandante dos 10ºBI (Juiz de Fora – MG) e Batalhão de Força de Paz brasileiro na UNAVEM III (2ªContingente). O autor é pós-graduado em Administração, Ciências Militares, Educação, Estratégia, Filosofia, Logística, Negociação, Política, e tecnologia de Informação. Foi, também, comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro e professor de Filosofia e de Ciência Gerencial da Academia Militar das Agulhas Negras. Acadêmico de História Militar Terrestre do Brasil na cadeira nº12 do patrono: Mal João Baptista Mascarenhas de Moraes e é colaborador da revista da AHIMTB.

² Arcana - coisa misteriosa aquilo que não tem resposta.

dizem apenas alguma coisa do universo e sob um ponto de vista.

Dentro deste contexto do humano no mundo, aconteceu a seguinte história e/ou estória de um iniciante nas lides militares. Certa vez um cadete do primeiro ano foi perguntado por um cadete veterano:

- “Onde termina o retão³?” O cadete calouro respondeu:

- “Termina no jardim com a forma de estrela do oficial, na região da entrada do pavilhão principal da AMAN”.

O veterano, então, disse:

- “Correto, mas, agora vou fazer a pergunta de seleção: onde inicia o retão?”.

O cadete novato, pensou: está é fácil e respondeu:

- “Começa no Pórtico da AMAN”.

Ato contínuo, o cadete veterano falou:

- “Errado, o retão começa na casa do Comandante da AMAN”.

Desta forma, com a resposta errada, o cadete novato teve que cumprir uma série de atividades “impostas” pelo veterano por não ter conhecimento do que seria o retão da AMAN.

Este cadete novato, então, mais tarde quis saber se a história e/ou estória do veterano era verdadeira e por mais que procurasse não conseguia saber. Anos mais tarde, já como oficial superior no Rio de Janeiro, foi designado Comandante do Colégio Militar daquela cidade. Nesta função, certa vez, participou de uma reunião que acontecia periodicamente com antigos alunos do CMRJ. Ali estavam presentes eminentes personalidades, civis e militares, dentre elas destacavam: o Marechal Levy Cardoso, o último Marechal do Exército ainda vivo e que na época tinha quase cem anos, sendo o portador do bastão de comando da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Além dele, viam-se políticos, juristas, empresários e antigos comandantes do CMRJ. Dentre esses comandantes podia-se ver o coronel Mascarenhas de Moraes (neto, criado como filho, pelo Marechal Mascarenhas de Moraes – antigo comandante da FEB e da Academia Militar do Realengo) e outros veteranos militares.

Dentre os diversos assuntos, abordados naquela reunião, um se destacou, o da construção e da ampliação da AMAN. Num determinado momento o Marechal Levy lembrava de suas conversas com o idealizador da nova Academia. Nessas suas conversas, o Marechal José Pessoa, destacou um motivo importante para a transferência da Academia para Resende, um argumento que poucas pessoas sabiam. Disse ele que ficou muito impressionado com uma observação de um dos integrantes da comitiva de oficiais da Escola Militar do Realengo, durante um reconhecimento que fazia na área do Vale do Paraíba. Este oficial, durante uma parada, no local que ficava próximo à localidade de Floriano - Distrito de Barra Mansa, fez uma comparação com o cenário que descortinava do Vale do Paraíba com o que, certamente, viveu Napoleão quando no Oriente. Ele disse para a comitiva:

- “A imagem que vejo, o Maciço das Agulhas Negras, me lembra agora o porquê da fala de Napoleão para motivar os seus soldados que iriam combater no Egito: Franceses do alto dessas pirâmides, vinte séculos vos contemplam. Assim eu

3 Retão - O caminho primeiro que dá acesso ao conjunto principal da AMAN.

poderia dizer, de forma motivadora e análoga, para o futuro cadete que irá povoar a nova Escola Militar:

- Cadete do alto do Maciço das Agulhas Negras o Brasil vos contempla”.

Então, o Marechal José Pessoa deu materialidade à expressão daquele integrante da comitiva e pode ver o Brasil, representado por uma figura humana, debruçado nas Agulhas Negras olhando para baixo e perguntando aos cadetes daquela Escola Militar:

- “Cadetes o que fazem pelo Brasil?”.

Disse o Marechal Levy que o idealizador da AMAN ao dar asas à sua imaginação, certamente, aliou aquele cenário à expressão geográfica imponente de uma imagem admirável, inspirada no Maciço das Agulhas Negras. Este símbolo imorredouro seria como uma logo marca, da futura Academia Militar, símbolo da unidade estrutural do Exército Brasileiro do porvir.

Nada acontece por acaso: Daí o Brasão D’Armas da nova Escola Militar que teria ao fundo o perfil do Maciço das Agulhas Negras.

Por sorte nesta reunião, dos antigos alunos do CMRJ, participavam um coronel e um civil, ambos engenheiros, que foram integrantes da Comissão encarregada da Construção da Escola Militar em Resende, sob a direção do General Luiz Sá Affonseca e, também, participaram da equipe de Raul Pena Firme, encarregado do projeto arquitetônico da nova Academia.

Aproveitando a oportunidade, o antigo cadete novato, perguntou sobre a versão daquele cadete veterano que no passado disse que o “retão” começava na casa do general comandante da AMAN. Naquela oportunidade, os integrantes da Comissão encarregada da construção da nova Academia disseram:

- “A versão do cadete veterano era verdadeira, pois, Pena Firme o arquiteto, fez o projeto da entrada da nova Academia baseado na seguinte premissa: O comandante é o responsável por todos os brasileiros, candidatos ao oficialato, que adentravam na Academia Militar através do Pórtico e caminhavam até o jardim da estrela de oficial na entrada do Pavilhão principal da Escola.

Por isso, a sua casa ficará como norteadora daqueles brasileiros que seguem para o objetivo, a partir da área exterior da Academia (que representa os diversos rincões da Pátria), passando pelo Pórtico para conquistar a estrela do oficialato. Portanto, a localização da casa dos comandantes tem esse simbolismo. É o local simbólico de onde ele lidera o caminhar, neste “retão”, do candidato e posteriormente do cadete até o oficialato”.

Desta forma, aquele antigo calouro entendeu o significado que até então não tinha percebido. O veterano cadete estava certo!

Os integrantes da Comissão encarregada da Construção, também, apresentaram um outro aspecto que não foi levado em consideração quando da ampliação da AMAN em 1988. Nesta ampliação foram construídas novas alas para alojamentos. Pelo menos neste quesito, alas para os alojamentos, os engenheiros, antigos construtores da Academia, disseram que não seria necessário a construção. Pois, no projeto original já estava prevista a ampliação, de uma forma muito simples. Já estavam previstos todo o suporte de engenharia (parte estrutural, elétrica e hidráulica) para a

ampliação de novas alas, era só subir as paredes acima do terceiro piso já construído.

Isto pode ser visto no quarto piso do conjunto principal, (local ocupados, atualmente, pelas seções de Filosofia, Sociologia e Psicologia) onde na parte de trás existe um grande corredor para a ramificação das novas alas a serem construídas. Assim, já existe na AMAN, desde já, uma área pronta para uma futura ampliação de novas alas. Alas para alojamentos, salas de aula ou outras instalações necessárias.

Desta forma, o tempo aconteceu e retratou algumas histórias e/ou estórias para aquele antigo calouro da AMAN de uma forma que pudesse desvendar o questionamento de um seu veterano nas brumas do passado.



A CRIAÇÃO DE NOVAS TRADIÇÕES: ESTUDO DE CASO DO PATRONO DA ARTILHARIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Francisco Linard Mendes Bezerra
Rodrigo Félix Owerney

RESUMO

O objetivo deste trabalho, que visa ao enriquecimento do vasto patrimônio histórico-cultural da Força Terrestre e se justifica por facilitar a difusão desse conhecimento, é apresentar as razões pelas quais Marechal Mallet foi escolhido patrono da Arma de Artilharia do Exército Brasileiro. Para isso, este trabalho de caráter histórico e bibliográfico analisou o processo de surgimento do termo “patrono” a partir das instabilidades institucionais e conflitos internos pelos quais o Exército Brasileiro passou, após a chamada “Questão Militar” no fim do período imperial brasileiro, e que se estenderam pelas décadas iniciais da República, culminando nas Revoltas Tenentistas. Na sequência, foi apresentada a figura de Emilio Luiz Mallet e como sua participação nos conflitos militares do século XIX foram fundamentais para perenizar a memória dele na cultura castrense, condição sem a qual ele não poderia ser resgatado para assumir o título de patrono. Em seguida, apresentou-se o processo de institucionalização progressiva do “culto a Mallet” por meio da análise do processo de criação das tradições do 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, que, por meio do decreto de 13 de março de 1932, resgatou e vinculou definitivamente Mallet à Artilharia. Por fim, foram apresentados, na conclusão, os motivos pelos quais Mallet foi nomeado patrono da Artilharia Brasileira.

Palavras-chave: Patrono. Mallet. 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado.

1 INTRODUÇÃO

Para se consagrar dentro de um grupo, e mesmo impor-se a outra, a história, nos dois caracteres, militar e político, precisa apresentar uma relação de continuidade temporal com o passado, seja por meio da realização de cerimônias periódicas

ou pela adoção de símbolos, ambos carregados de valor e de significado. Essa é a ideia defendida pelos historiadores britânicos Eric Hobsbawn e Terence Ranger no livro *A invenção das tradições*. Nesse trabalho, os autores afirmam que o tradicionalismo histórico, motivo de pompa e orgulho de diversas instituições, que se exprime por meio de cerimoniais e protocolos rígidos e engessados, muitas vezes são mais recentes do que aparentam e, geralmente, tiveram origem de forma consciente e com propósitos bem definidos. Essas tradições, que encontram origem nas mãos de diversos agentes, desde o Estado até as lideranças de grupos sociais, são resultado de um processo de “criação” e, por isso, são conhecidas como “tradições inventadas” (HOBSBAWN; RANGER, 2008, p. 9). Hobsbawn e Ranger atribuem a elas as seguintes finalidades: “1) estabelecer ou simbolizar a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades; 2) estabelecer ou legitimar instituições, status ou relações de autoridade; e 3) permitir e garantir a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.” (HOBSBAWN; RANGER, 2008, p. 17)

O autor afirma também que essas construções culturais exigem como condicionante, para a sua perpetuação, o estabelecimento de uma conexão temporal, que preferencialmente se faz entre o presente e uma época conveniente, isto é, com um período que personifique as necessidades atuais. Essa conexão é feita por meio de práticas de natureza simbólica que se repetem periodicamente e que acabam por interiorizar, nos membros de uma coletividade, certas regras de conduta e padrões de valores que, com o passar do tempo, passam a exprimir a identidade cultural desse grupo. Mais do que isso, elas garantem a socialização dos membros, pois eles passam a compartilhar das mesmas ideias. Portanto, as tradições inventadas possuem caráter ambivalente: são simultaneamente elos de ligação histórica (entre épocas convenientes) e meios de coesão e identidade institucional. (HOBSBAWN; RANGER, 2008, p. 21).

O termo “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas; tais práticas (...) de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente: uma continuidade em relação ao passado. Aliás sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. (HOBSBAWN; RANGER, 2008, p. 9).

Após a chamada Questão Militar, no fim do período imperial brasileiro, evento marcado pela participação militar na política nacional, na forma de desavença com as autoridades políticas do Império, houve a Proclamação da República, e o início do processo que denominamos “cisão institucional do Exército”, que consistiu na perda da integridade da Força Terrestre enquanto organização nacional. De fato, ao longo das décadas iniciais do período republicado, da República Velha ao Estado Novo, o Exército foi gradualmente se fragmentando ao ser abalado por inúmeros casos de indisciplina e por uma série de conflitos internos motivados por divergências de natureza ideológica e envolvimento político de militares, das quais as revoltas

tenentistas desde 1922 e a Intentona Comunista de 1937 são claros exemplos. (CASTRO, 2002, p. 10-11). Nesse cenário caótico que já durava décadas, surgiram atores dispostos a evitar a eclosão de novas revoltas. Deixaremos de lado as reformas de ensino que foram feitas nas escolas militares, como a Missão Indígena e a Missão Militar Francesa, sejam relativas ao emprego da Força Terrestre, sejam à legislação militar. O que realmente nos interessa é a reforma simbólica que foi empreendida nesse período, pois ela resultou na criação da tradição militar brasileira dos patronos e, a logo prazo, contribuiu na resolução do problema da unidade do Exército enquanto instituição, inclusive como instituição de Estado, ou seja, apolítica. A abordagem nesse sentido ganha enfoque, porque:

No início da década de 1930, no Brasil, as mais pertinentes necessidades educacionais ditadas pelo momento histórico, eram de natureza espiritual, ética e moral, de profunda valorização do espírito militar, por meio da disciplina e da coesão. (CÂMARA, 2011, p. 82, grifo nosso).

2 O TERMO PATRONO

Num contexto de décadas de instabilidades institucionais, marcadas por revoltas, greves e envolvimento político de militares, o resgate da época mais estável do Exército, por meio da evocação da memória de Luiz Alves de Lima e Silva, o “maior soldado brasileiro”, apresentado essencialmente como afastado de questões partidárias e defensor do valor da legalidade, seria o molde, o modelo a ser replicado e buscado conscientemente por cada militar do Exército. Isso é perfeitamente encaixável na esfera de atribuição das tradições inventadas de garantir a interiorização de padrões de comportamento, ainda mais porque sabemos que a biografia de uma personagem histórica é “destinada (...) à exemplaridade.” (RÉMOND, 2003, p. 147).

Destacamos três expoentes no sentido do surgimento dessa tradição: Pedro Cordolino¹, professor da Escola Militar do Realengo, Setembrino de Carvalho², marechal e Ministro do Exército, e José Pessoa³, à época coronel comandante da Escola Militar. Cada um desses atores buscou, à sua maneira, divulgar o Duque de Caxias como possuidor e maior exemplo das chamadas “qualidades militares sagradas”: espírito de ordem, subordinação, camaradagem e sacrifício. Daí surgiu o termo “pa-

1 Pedro Cordolino Ferreira Azevedo nasceu em Goiás em 1884. Foi designado professor da Cadeira de História da Escola Militar do Realengo em 1936, e, anos mais tarde, em 1945, da Academia Militar das Agulhas Negras, grande escritor, ascendeu ao generalato em 1949. (CASTRO, 2002, p. 15).

2 Fernando Setembrino de Carvalho nasceu em Uruguaiana, Rio Grande do Sul. Foi quem institucionalizou o culto a Caxias: por aviso ministerial em 1923, determinou, a partir daquele ano, que se houvesse uma celebração anual a Caxias e, em 1925, por portaria ministerial, criou o Dia do Soldado, a ser comemorado dia 25 de agosto de cada ano, data natalícia de Duque de Caxias. (CASTRO, 2002, p. 16).

3 João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque nasceu em Cabaceiras, Paraíba, em 1885. Foi comandante da Escola Militar do Realengo e organizou sua transferência para a cidade fluminense de Resende. (CASTRO, 2002, p. 17).

trono” – do francês patron, que incorpora a dupla semântica de protetor e padrão (modelo). (CÂMARA, 2011, p. 83-84).

Cabe ressaltar que essa imagem de Caxias, isenta de caráter político, defensor da legalidade e da ordem institucional é bastante artificial e forçada, bastando, para perceber isso, atentar-se à intensa atividade política exercida por ele: foi presidente do Conselho de Ministros do Império (equivalente ao que hoje é um primeiro-ministro) entre 1856 e 1857; Ministro de Guerra por duas vezes e presidente das províncias de São Pedro do Rio Grande do Sul e do Maranhão, além de ser partidário atuante do Partido Conservador. Portanto, esse é um caso claro de adaptação da história, pois, como Cardoso afirma: a história, incluindo a militar, é resgatada de forma idealizada (editada) como forma de respostas a necessidades da época e, geralmente, às de caráter político: “São, assim, os apelos do presente que explicam por que a memória retira do passado apenas alguns dos elementos que possam lhe dar uma forma ordenada e coerente” (CARDOSO, 2012, p. 25). Nesse caso, era preciso um meio de afastar os militares das questões partidárias, daí essa reforma simbólica no Exército, que apelava para a consciência de cada militar pela evocação de um grande chefe militar, pois sabemos que uma das características das tradições inventadas é justamente: garantir a assimilação de ideias:

Sua percepção **de reforma espiritual, ética e moral** do ensino de formação do Exército conduzi-o em direção à alma da mocidade militar, com o pensamento voltado para a Força Terrestre e para a grandeza da Nação. Por esse motivo, na base da reforma, vamos encontrar um **conjunto de ideias e símbolos coerentes, integrados, com poderosa força intrínseca de coesão, de profundo e salutar efeito psicológico**. (CÂMARA, 2011, p. 84, grifo nosso).

Apresentado o motivo original da criação da tradição dos patronos, damos seqüência ilustrando o porquê de essa tradição ter se mantido ao longo do tempo, não tendo desaparecido e, mais do que isso, ter se “ramificado”. O Exército Brasileiro, enquanto instituição nacional permanente e regular, possui um conjunto de valores “fixos, imutáveis e universais” (BRASIL, 2014, p. 4-7), dentre os quais destacamos: o patriotismo, a fé na missão do Exército, a coragem e o espírito de corpo. Todos esses valores estão relacionados com a missão constitucional basilar da Força: a defesa da Pátria e, conforme o Manual *O Exército Brasileiro*, “a eficiência, a eficácia e mesmo a sobrevivência das Forças Armadas decorrem de um fervoroso culto a tais valores.” (BRASIL, 2014, p. 4-7). Logo, a Força necessita que seus membros incorporem e demonstrem esses valores, falando-se na necessidade da existência da consciência coletiva do Exército, derivada direta do caráter coletivo, que por sua vez é a soma dos caracteres individuais. (MIRANDA, 2018, p. 50). Essa ideia é sustentada por Castro quando ele afirma que: “o que o Exército procura formar são mentalidades uniformes, e não personalismos.” (CASTRO, 2002, p. 29).

Os exemplos de bravura e sacrifício que podem ser facilmente explorados das biografias dos patronos cumprem muito bem o papel de evocar esses valores e esti-

mular sua reprodução, pois como Rémond afirma: “a biografia (...) destinada, num caso, a mostrar as relações entre as circunstâncias e a personalidade, (...) seria impedida à exemplaridade” (RÉMOND, 2003, p. 147). Portanto, os patronos servem de tipos ideais para os valores de que a instituição carece da mesma forma que Caxias serviu de tipo ideal de afastamento político. Dessa forma, a memória coletiva do Exército, baseada no passado idealizado, tornou-se amálgama da identidade e coesão grupal por estabelecer a continuidade temporal necessária para que os membros da Força se vissem como pertencentes a uma coletividade, como sucessores daqueles que os antecederam, não meramente substitutos, mas “herdeiros espirituais”. Estariam irmanados pelos mesmos valores e seriam responsáveis pela sequência da missão. O resultado é a perpetuação do caráter coletivo do Exército. (MIRANDA, 2018, p. 49 -51).

A garantia da existência dessa noção de continuidade temporal por meio dos patronos garantiu a perpetuação desse costume ao longo do tempo, pois, para que tradições desse naipe vinguem, é obrigatório o estabelecimento de conexões com o passado e, presencialmente, com o passado mais conveniente.

A invenção cultural não se dá num terreno absolutamente livre e sim num campo de possibilidades histórica e culturalmente limitados; **o passado é recriado** por referência a um estoque anterior e **precisam guardar alguma verossimilhança** com o real. (CASTRO, 2002, p. 10, grifo nosso).

3 A EPOPEIA DE MARECHAL MALLET

Emílio Luiz Mallet, ao longo de sua trajetória militar, participou ativa e distintamente de todos os confrontos de grande relevância ocorridos durante o Primeiro e Segundo Reinados, sendo, desde oficial subalterno até oficial general, alvo dos elogios de seus comandantes e do respeito e carisma de seus subordinados. (ALVES, 1979, p. 215-222). Em especial, na Guerra da Tríplice Aliança, coube ao então Tenente-Coronel Mallet o comando do 1º Regimento de Artilharia a Cavalos, com o qual garantiu a vitória das tropas aliadas na famosa Batalha de Tuiuti, ponto de virada do conflito em favor dos aliados. No dia 20 de agosto de 1866, por sua atuação de destaque em Tuiuti, na qual revelou-se o maior artilheiro do Brasil, Mallet foi promovido por bravura ao posto de Coronel. (PILLAR, 1981, p. 109).

Sabemos que “a memória retira do passado apenas alguns elementos”, e que, recorrentemente, esses são personagens (CARDOSO, 2012, p. 25). No caso específico de um herói de guerra, no qual Mallet se inclui por haver participado e comandado em diversos conflitos, temos também o caso de um líder carismático, figura que guarda como característica a transitoriedade e perpetuação de seu carisma, entendido como devoção, e de toda a estrutura erigida em torno dele através de épocas, mesmo que personificado ou transferido para outros, num processo chamado rotinização do carisma.

Na maioria das vezes, o desejo do próprio senhor, mas sempre o de seus discípulos mais ainda o dos adeptos carismaticamente dominados, é de transformar o carisma e a felicidade carismática de uma agraciação livre, única, **externamente transitória de épocas e pessoas extraordinárias em uma propriedade permanente da vida cotidiana.** (SANTOS, 2018, p. 26, grifo nosso).

De fato, durante as três primeiras décadas republicanas, tivemos um caso prático disso, pois, nesse período, o Exército Brasileiro celebrava o dia 24 de maio, aniversário da Batalha de Tuiuti, como sua data magna, inclusive sendo conhecida na imprensa como “festa do Exército”. (CASTRO, 2002, p. 13). Evidenciamos nisso, verdadeira prova da rotinização do carisma, porque, apesar das comemorações pela vitória em Tuiuti terem sido deixadas de lado em prol de outras festividades (CASTRO, 2002, p. 23), o culto que havia surgido paralelamente a ela, direcionado às personalidades que lá combateram e, principalmente, às que lá comandaram, manteve-se. Na verdade, essas figuras passaram a ser dignificadas pelo Exército em alto grau como heróis de guerra “moralmente perfeitos e dotados de prodigiosas e intocáveis habilidades”, (SANTOS, 2018, p. 26), verdadeiros representantes dos dois termos que já definimos. Dentre essas personalidades, temos Emílio Luiz Mallet como uma das principais, por sua longa trajetória como combatente e notadamente pelo pioneirismo demonstrado em Tuiuti. Portanto, concluímos que foi por seu papel de destaque nesses episódios que Mallet tornou-se simultaneamente “protagonista da história” e “líder carismático” e foi justamente por acumular esses dois títulos que ele se eternizou, de maneira geral, na cultura castrense.

4 UM REGIMENTO E SEU ETERNO COMANDANTE

Com a finalidade de garantir a socialização – uma das atribuições das tradições inventadas (HOBSBAWN, 2008, p. 17) – de seus membros entre si e com a população da cidade onde está situada, Santa Maria (RS), criou-se para o 3º GAC AP um rol de tradições que passaram a evocar, cultivar e divulgar concretamente a memória de Mallet, funcionando como amálgama da identidade cultural e tendo por base e legitimação o tradicionalismo histórico do qual essa organização militar se reveste. Inclusive, elas foram tão bem aceitas e obtiveram tamanho êxito, que, hoje em dia, o 3º GAC AP se orgulha de ostentar a denominação “Regimento Mallet” e carregar o título de “herdeira e guardiã das tradições da Arma de Artilharia”. (ROCHA, 2019, p. 13).

Por ocasião do centenário de criação do então 5º Regimento de Artilharia Montada, o General Leite de Castro⁴, Ministro de Guerra da época, teve a iniciativa de propor que esse Regimento e seu mais ilustre comandante fossem homenageados. Dessa forma, no dia 23 de março de 1932, era assinado o decreto nº 21.196, que foi

4 José Fernandes Leite de Castro nasceu na cidade gaúcha de Cruz Alta em 1871. Foi ministro de Guerra do Brasil, de 24 de outubro de 1930 a 28 de junho de 1932. (ALVES, 1979, p. 234).

publicado no Diário Oficial da União e no Boletim do Exército, respectivamente a 28 e 31 do mesmo mês, sendo que a publicação no último continha as instruções para se executar as determinações do decreto. Dessa forma, o 5º RAM ganhava uma denominação histórica, que fazia a unidade lembrar que “sob o comando de Emílio Luiz Mallet, (...) cobriu-se de glórias nas Campanhas do Uruguai e do Paraguai”. (ALVES, 1979, p. 232).

Sabemos que durante o processo de construção da memória, são retirados do passado apenas alguns elementos selecionados (CARDOSO, 2012, p. 25-26), e que, recorrentemente, conforme afirma Rémond, o que é resgatado são personagens que passaram à condição de “protagonistas da história” por “exprimir, em termos de conduta, as aspirações de um povo, de uma nação ou organização e que, por isso, permanecem como modelo às gerações futuras” (RÉMOND, 2003, p. 160). Esse é o caso de Marechal Mallet, pois o decreto nº 21.196 de 23 de março de 1932, ao dar ao então 5º RAM a sua denominação histórica, evocou concretamente a memória de seu maior comandante e exemplo de virtudes. É importante destacar que foi a partir desse decreto que Mallet passou a ser chamado efetivamente patrono da Artilharia, primeiro personagem a ser legalmente definido patrono. (ALVES, 1979, p. 228).

No sentido de resgate da memória do artilheiro, a denominação histórica e a nomeação de Mallet como patrono foram só as duas principais medidas. O decreto estabeleceu diversos outros pontos que, pelo processo de criação de tradições, evocaram a presença de Mallet e o fizeram ser conhecido. Em seu artigo 2º, por exemplo, o decreto concedeu ao Regimento um estandarte histórico, tornando-o a primeira OM a possuir tal distinção, sendo que, hoje em dia, esse é o estandarte mais condecorado do Brasil. (ROCHA, 2019, p. 11).

O artigo 3º das instruções baixadas no dia 31, criou a cerimônia de “compromisso ao estandarte”, juramento ao qual todas as praças do Regimento Mallet se submetem após ser prestado o compromisso ao pavilhão nacional. Esse ato solene se repete ano após ano desde os primeiros compromissados, com o intuito de cristalizar os valores e a memória do Regimento, pois uma das maneiras para se fazer isso é através do surgimento e da consolidação de cerimônias públicas que por seu conteúdo e carga simbólica expressam continuidade entre o passado resgatado, pois conforme Cardoso: “Elas (...) têm um claro conteúdo pedagógico ao imprimirem, ou buscarem imprimir, uma continuidade temporal com o passado, a partir – como já sabemos – dos valores do presente.” (CARDOSO, 2012, p. 27).

Mesmo tendo tido importância fundamental na institucionalização do culto a Mallet, por meio do decreto de 23 de março de 1932 e de seus desdobramentos, o Regimento Mallet não contribuiu somente nesse aspecto para a consolidação de Marechal Mallet como patrono, pois o Regimento criou, entre seus costumes, diversos gestos que fazem, conscientemente, evocação ao seu patrono e que, além de popularizarem a figura dele, tornaram-se, com o passar do tempo, tradições de toda a Arma de Artilharia e tornaram ainda mais próxima a imagem de Mallet como patrono da Artilharia. Dessas, destacamos três: o uso do termo “Boi de Botas”; o brinde do copo de água e o grito de guerra histórico do Regimento. (ROCHA, 2019, p. 21).

A denominação “Boi de Botas”, que a primeiro tempo foi usada somente pelos

artilheiros do então 1º Regimento de Artilharia a Cavalo, espalhou-se e, hoje, faz referência a toda a artilharia. A origem dela remonta à participação do Regimento, comandado por Mallet, na Campanha contra Aguirre. Segundo a história, durante a travessia dos rios Negro e Yi, os cavalos não tinham força tratora para puxar os canhões através dos banhados e prados uruguaios, sendo assim, foram substituídos por bois. Enquanto deslocava penosamente os canhões, a boiada de tiro enterrava suas pernas na lama, até a altura dos joelhos. Dessa forma, durante os deslocamentos, pareciam usar botas, semelhantes às perneiras de couro dos artilheiros que os guiavam. Além disso, o peso dessas perneiras fazia o passo lento dos bois ser replicado por seus condutores. Daí consagrou-se aos artilheiros do 1º a Cavalo, o apelido “Boi de Botas”, termo que, depois, estendeu-se para toda a Arma de Artilharia brasileira. T tamanha foi a popularidade dessa denominação, que até mesmo na literatura não castrense ela está presente. De fato, o escrito Érico Veríssimo, por exemplo, a registra com extrema ufania na obra “O Tempo e o Vento”. (ALVES, 1979, p. 88).

O brinde do copo de água nasceu de um hábito que Mallet conservava. Por ocasião da Guerra da Tríplice Aliança, o Regimento do Tenente-Coronel Mallet foi destacado para participar dos combates. Estando em terras paraguaias, àquela época, era difícil a obtenção de água potável, já que os rios eram enlameados e doenças, como a cólera, alastravam-se pelo solo e contaminavam lagos e afluentes. Dessa forma, para manter as tropas supridas de água, o Brasil transportava esse fluido usando charretes até o Paraguai. Por isso, a água tornou-se um bem extremamente valioso. Conta-se que, após cada combate, o tenente-coronel Mallet reunia seus subordinados e os convidava a brindarem com água em homenagem à vitória no campo de batalha, hábito que estendia como cerimonial de recepção a personalidades que visitassem o acampamento de seu Regimento. Ele fazia questão de oferecer aquilo que de mais precioso tinha: a água. Esse procedimento, desde 1932, passou a ser replicado pelo comandante do 3º GAC AP antes do início de cada confraternização realizada e, depois, estendeu-se pelos demais Grupos de Artilharia do Brasil, sendo comum, antes do brinde, serem proferidas palavras que fazem referência a Mallet. (ROCHA, 2019, p. 12).

O brado: “Eles que venham!”, ao qual a tropa responde: “Por aqui não passam!” é um trecho da celebre frase dita por Mallet por ocasião Batalha de Tuiuti, eternizada como a maior batalha campal da América do Sul, foi o ponto de virada da Guerra do Paraguai, pois, a partir dela, os paraguaios passaram, em grande parte para a defensiva. A vitória aliada nesse confronto coroou de glórias a Artilharia Brasileira, que passou a ser reconhecida como “Fogo de Terror” e “Artilharia Revólver”. (ALVES, 1979, p. 143). Foi do 3º GAC AP a iniciativa de usar a frase como grito de guerra, como forma máxima de evocação ao patrono da Unidade em solenidades militares, sendo esse o procedimental: em formaturas, após as honras militares ao comandante, a tropa presta continência ao patrono da artilharia brasileira que “eternamente está presente em forma” e, em seguida, o comandante, em alto e bom tom, reproduz a frase dita por Mallet, ou seja, ele brada: “Eles que venham!”. Nisso, é respondido pela tropa, que externa: “Por aqui não passam!”. Na verdade, o 3º GAC AP o usava como brado histórico privativo da Unidade, ao lado de outro, menos conhecido e que também evoca Mallet: “Glória ao Regimento Mallet!”, respondido

com “Minha força vem do alto!”. O fato é que o brado histórico popularizou e estendeu-se como brado histórico da Artilharia Brasileira. (ROCHA, 2019, p. 14).

Importantes medidas, no mesmo sentido das já apresentadas, foram tomadas no ano de 1951, em alusão às comemorações do sesquicentenário de nascimento de Mallet. No dia 10 de junho desse ano (data natalícia de Mallet) foi realizada no Regimento a primeira solenidade que tratou essa data como “dia do artilheiro”. Essa solenidade repete-se, desde então, ano após ano e segue hoje como tradição em todas as organizações militares de artilharia do Brasil. (ALVES, 1979, p. 228). Um evento como esse foi de fundamental importância para a perenização do texto do decreto de 1932, pois a mais eficaz das formas de consolidar uma personagem perante um grupo, bem como os valores que ela evoca, é por meio da criação de celebrações coletivas que se referem à data de nascimento dessas figuras, pois, como Cardoso afirma, esse tipo de comemoração tem a função de “consagrar a existência de uma unidade” em torno do conteúdo pedagógico que elas imprimem. (CARDOSO, 2012, p. 25).

O último ato que destacamos no processo de institucionalização do culto a Mallet foi a promulgação do Decreto Presidencial nº 51.429 de 13 de março de 1962. Apesar de não ter sido uma medida tomada diretamente pelo Regimento Mallet, esse ato político configurou-se, três décadas depois, como reafirmação de tudo que havia sido estabelecido antes pelo de 1932, só que agora, melhor aceito. (ALVES, 1979, p. 229).

5 CONCLUSÃO

Com isso, apresentamos os seguintes motivos acerca pelos quais Marechal Mallet foi escolhido patrono da Artilharia do Exército Brasileiro: ausência de participação política durante toda a sua vida, condição primordial que levou ao surgimento do termo patrono; proximidade e semelhança a Duque de Caxias e a Osório, proeminentes figuras que concorreram ao título de patrono do Exército; participação militar destacada em praticamente todas as Campanhas Militares do Exército Imperial, a destacar a Batalha de Tuiuti; vinculação à artilharia por meio das tradições do 3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado, que se irradiaram como tradições da própria Arma; e, por fim, a correspondência quase perfeita existente entre o perfil profissiográfico exigido dos artilheiros e as características de Mallet como militar, que o tornam o tipo ideal de artilheiro e melhor representante do “espírito da Arma de Artilharia”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Joaquim Victorino Portella Ferreira. Mallet: o patrono da Artilharia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1979.

BRASIL. Estado Maior do Exército. EB20-MF-10.101: o Exército Brasileiro. 2. ed. Brasília: EGGCF, 2014.

CÂMARA, Hiram de Freitas. Marechal José Pessoa: a força de um ideal. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- CASTRO, Mário Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- CASTRO, Mário Celso. *A proclamação da República*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CASTRO, Mário Celso. *A invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- CASTRO, Mário Celso. *O espírito militar*. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- MIRANDA, Denis de. *A construção da identidade do oficial do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2018.
- PILLAR, Olyntho. *Os patronos das Forças Armadas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- RÉMOND, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- ROCHA, Sergio Martins. *A canalização de práticas sociais e valores em torno de uma organização militar: um estudo sobre o Regimento Mallet*. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Altos Estudos em Defesa) – Escola Superior de Guerra, Brasília, 2019.
- SANTOS, Everton Araujo dos. *O carisma do comandante*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2018.



RELAÇÕES INTERNACIONAIS E GEOPOLÍTICA ENQUANTO FERRAMENTAS COGNITIVAS NA FORMAÇÃO DO OFICIAL DA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICA DO BRASIL

Claudio Magni Rodrigues¹
Walfredo Bento Ferreira Neto²

RESUMO

O presente escrito visa identificar o papel das disciplinas Relações Internacionais e Geopolítica enquanto ferramentas cognitivas na formação do oficial do Exército Brasileiro, da Linha de Ensino Militar Bélica, que ocorre na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, e de método descritivo e explicativo, o trabalho traz os assuntos, os objetivos e as metodologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem em face das responsabilidades que a sociedade e o Estado brasileiro atribuíram ao profissional militar, formado no sistema das Ciências Militares, que é inserido na Grande Área Defesa. Como conclusão, o arcabouço teórico-conceitual oferecido por ambas disciplinas oferece ao oficial formado na AMAN uma maior probabilidade de êxito em suas missões, em operações internas ou internacionais, por possibilitar o entendimento acerca da natureza e finalidade de sua profissão e do sistema e demandas nos quais está inserido.

Palavras-chave: Ensino Militar. Ciências Militares. Curso de Formação do Oficial da AMAN. Relações Internacionais. Geopolítica.

1 Coronel QEMA R/1 da Arma de Infantaria. Doutor em Ciências Militares pela ECEME. Professor da Cadeira de Relações Internacionais e de Geopolítica da AMAN. Antigo Chefe da Divisão de Ensino da EsPCEX e da AMAN.

2 Tenente-Coronel QCO do Magistério Geografia. Doutor em Economia Política Internacional pela UFRJ. Mestre em Estudos Estratégicos pela UFF. Professor da Cadeira de Relações Internacionais e de Geopolítica da AMAN.

ABSTRACT

The present writing aims to identify the role of the disciplines International Relations and Geopolitics as cognitive tools in the formation of the officer of the Brazilian Army, of War Military Education Line, which takes place at Agulhas Negras Military Academy (AMAN). Through a bibliographical and documentary research, and a descriptive and explanatory method, the work brings the subjects, objectives and methodologies used in the teaching-learning process in view of the responsibilities that society and the Brazilian State attributed to the military professional, formed in the Military Sciences system, which is inserted in the Great Defense Area. It is concluded that the theoretical-conceptual framework offered by both disciplines offers the officer trained at AMAN a greater probability of success in their missions, in internal or international operations, by enabling the understanding of the nature and purpose of their profession and of the system and demands in which it is inserted.

Keywords: Military Education. Military Sciences. AMAN Officer Training Course. International relations. Geopolitics.

1 INTRODUÇÃO

Se no Século XX, o jovem tenente tinha poucas oportunidades de tratar de assuntos fora de seu trabalho diário, ficando muito voltado para seu core profissional, estritamente militar, ministrando instruções, realizando exercícios no terreno e cuidando da administração do seu pelotão, a realidade atual é bem diferente, pois a sociedade contemporânea tem acesso a informações e notícias do mundo inteiro, em tempo real, quase que instantâneo, o que obriga o profissional de qualquer área a possuir uma gama de conhecimentos, a fim de formar suas opiniões, ter subsídios para argumentar em seus diversos círculos de relacionamento e, em não poucas vezes, decidir em um ambiente extremamente volátil, incerto, complexo e ambíguo.³

Para o Cadete da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), discente do curso de formação do oficial da linha de ensino militar bélica do Exército Brasileiro, a realidade não é diferente: congressos, simpósios, palestras e vários outros eventos, no meio civil ou promovidos pela própria AMAN e outras instituições militares, trazem o futuro tenente para o centro dessa nova realidade.

Diante disso, uma das demandas necessárias, portanto, é garantir ao cadete o acesso a informações e conhecimentos que, sem prejuízo da sua formação militar, o habilitem a estar apto a conversar a respeito de assuntos da atualidade, que desenvolvam seu

3 Na literatura de língua inglesa especializada sobre o tema existe a sigla VUCA (volatility, uncertainty, complexity e ambiguity) referente a esse ambiente descrito. Também, nessa mesma literatura, vem surgindo um novo acrônimo, o BANI, correspondente a brittle (frágil), anxious (ansioso), nonlinear (Não-linear) e incomprehensible (incompreensível). Tanto em um, quanto no outro termo, e ambiente descritos, percebemos a dificuldade para interpretação e, sobretudo, ação, e isso passa a ser mais um desafio, principalmente para aquele que trata da possibilidade de emprego da força.

espírito crítico e sua capacidade de argumentação, o que eleva, inclusive, seu prestígio e o respeito à instituição a que pertence. Nesse quadro, para as ciências militares de forma geral e, especificamente, para os profissionais formados na linha de ensino militar bélica do Exército Brasileiro, avultam de importância disciplinas como Relações Internacionais e Geopolítica, enquanto ferramentas cognitivas, por permitirem o entendimento da estrutura e do funcionamento do próprio sistema no qual estão inseridos e para o qual são treinados, prioritariamente. Essas ferramentas, em grande parte de natureza teórica e conceitual, trazem consequências incontáveis para o campo atitudinal e afetivo, logo com repercussões nas ações e decisões de um comandante de fração.

Nessas disciplinas, por exemplo, são tratados assuntos atuais relacionados com as disputas de poder e os focos de tensão, nas escalas local, regional e mundial, são apresentados conceitos, métodos e teorias que facilitam a interpretação dos fenômenos globais acerca dos conflitos, e, em suma, é fundamentada a própria e principal razão de ser da profissão militar: a de cidadão do qual a sociedade espera a capacidade e a especialização em defender a Pátria.

A par do ensino profissional, onde o cadete aprende a bem exercer a atividade-fim de sua profissão, as Relações Internacionais e a Geopolítica se encarregam de prepará-lo para entender a diplomacia, os mecanismos internacionais de manutenção da paz, a importância da presença do Estado na faixa de fronteira e nos vazios demográficos, na preservação e exploração de seus recursos naturais, bem como no conhecimento de seus recursos fisiográficos, psicossociais, políticos e econômicos na busca da consecução dos objetivos nacionais do Brasil, quer atuais, quer permanentes.

Também é por meio dessas disciplinas que o futuro oficial tem contato com clássicos, como, por exemplo, de repercussão global: Tucídides, a Guerra do Peloponeso e o mecanismo da balança de poder; Maquiavel e seu receituário para *O Príncipe*; Thomas Hobbes, o soberano, o Estado e o poder, na forma de um *Leviatã*; Clausewitz e suas lições “*On War*”; Huntington e as responsabilidades do oficial das forças armadas perante seu Estado e sua Sociedade; e, de conhecimento mais próximo, no âmbito nacional e regional sul-americano, como é o caso de Mario Travassos e seu pensamento sobre o Brasil e a América do Sul; Meira Mattos e Bertha Becker acerca da Amazônia, sua ocupação via “vivificação” e desenvolvimento responsável e sustentável; Therezinha de Castro, o Atlântico Sul e a Antártida.

O presente escrito visa, portanto, identificar o papel das disciplinas Relações Internacionais e Geopolítica na formação do oficial do Exército Brasileiro, da Linha de Ensino Militar Bélica (LEMB), que ocorre na AMAN, por meio da descrição dos assuntos, dos objetivos, das metodologias praticadas por essas disciplinas, e pela apresentação das relações de causa e efeito entre essas ferramentas cognitivas e a função demandada pela sociedade deste profissional especializado para a defesa e a guerra.

Para se atingir esse objetivo, o texto ficou assim dividido: após esta Introdução, é situada a formação do oficial do Exército Brasileiro na AMAN dentro do rol do estudo das Ciências Militares e da Defesa Nacional. Em seguida, são apresentadas as disciplinas *Geopolítica e Relações Internacionais* na AMAN: unidades didáticas, objetivos, teorias, conceitos, métodos e metodologia de ensino. Ao final, porém sem intenção alguma de exaurir o assunto e suas possibilidades, são formuladas algumas considerações acerca dos resultados.

2. DA FORMAÇÃO DO OFICIAL DA LINHA DE ENSINO MILITAR BÉLICA, DAS CIÊNCIAS MILITARES E DA DEFESA NACIONAL

O oficial do Exército Brasileiro formado na AMAN é inserido, dentre várias formações e níveis existentes, na linha de ensino militar bélica, que tem como incumbência principal a condução da guerra. Em suma, esta é a linha correspondente à atividade-fim da profissão militar. É exatamente por isso que o Comando do Exército enxerga trinta e seis áreas de concentração abrangidas pelas Ciências Militares, que, por sua vez, pertence à grande área do conhecimento Defesa, incluído no rol das ciências estudadas no País. Vejamos as áreas de concentração previstas na Portaria nº 734 (BRASIL, 2010):⁴

Quadro 1 – Ciências Militares: áreas de concentração de estudo

I - Administração	XIII - Educação	XXV - Logística
II - Auditoria	XIV - Educação Física	XXVI - Meio Ambiente
III - Balística	XV - Engenharia e Construção	XXVII - Mobilização
IV - Cibernética	XVI - Estatística	XXVIII - Operações Militares
V - Ciências Contábeis	XVII - Estratégia	XXIX - Política
VI - Ciência e Tecnologia	XVIII - Geopolítica	XXX - Projetos
VII - Comunicação Social	XIX - História Militar	XXXI - Prospectiva
VIII - Cultura	XX - Informática	XXXII - Recursos Humanos;
IX - Defesa Nacional	XXI - Instrução Militar	XXXIII - Relações Internacionais
X - Direito	XXII - Inteligência	XXXIV - Saúde
XI - Doutrina	XXIII - Gestão	XXXV - Simulação
XII - Economia e Finanças	XXIV - Liderança	XXXVI - Sociologia

Fonte: os autores, com base em BRASIL (2010).

Pelo Quadro 1, podemos perceber a natureza interdisciplinar das Ciências Militares e da própria Defesa, eis que possuem como uma de suas finalidades a garantia da soberania do Estado, que se encontra inserido em um sistema - o sistema interestatal - que possui como característica comum a soberania, ainda que formal, de todos os entes de mesmo nível. Pelos estudiosos da área, isso ocasiona a anarquia internacional⁵, que demanda dos Estados, por conseguinte, a busca constante pelo poder e a autoajuda para a manutenção de sua própria sobrevivência.

Assim, temos que o nível de análise precípua em que se localiza os estudos sobre Defesa e Ciências Militares se encontra no Estado em face do sistema internacional, procurando responder a possíveis ameaças daí derivadas. Isso também podemos inferir dos

4 Esse mesmo documento define sistema Ciências Militares como sendo um “sistema de conhecimentos relativos à arte bélica, obtido mediante pesquisa científica, práticas na esfera militar, experiência e observação dos fenômenos das guerras e dos conflitos, valendo-se da metodologia própria do ensino superior militar.” (BRASIL, 2010, grifo nosso).

5 Anarquia não no sentido de desordem, muito menos de caos, mas sim correspondente a um sistema em que seus atores principais – os Estados – estão em um nível de coordenação, e não de subordinação. Por conseguinte, não há ator ou instituição com capacidade de emitir ordens, normas ou diretrizes que obrigue a todos. A ONU simboliza ser essa proposta, porém continua sem poder suficiente para impor duas determinações de maneira geral.

documentos de Defesa do País, como na Política Nacional de Defesa (PND):

A PND é o documento condicionante de mais alto nível para o **planejamento de ações destinadas à defesa do País. Voltada prioritariamente para ameaças externas**, estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, **em prol da Defesa Nacional**. (BRASIL, 2020, grifo nosso)⁶

E isso é o também contido na Constituição Federal, em seu Artigo 142, que trata as ameaças externas existentes no sistema interestatal como principal objeto da Defesa, ao atribuir, como destinação das Forças Armadas do País, em posição privilegiada na redação, a “defesa da Pátria” (BRASIL, 2022[1988]).

Sendo assim, a formação do oficial na AMAN, compreendida nas Ciências Militares, busca atender à Defesa Nacional, tendo como ameaças prioritárias aquelas originadas no sistema internacional, que possam colocar em risco a sua integridade territorial, a coesão nacional, a soberania, em suma. Por isso, o conhecimento acerca da estrutura e do funcionamento desse sistema, e sobre as demandas deste derivadas, são de vital importância para uma melhor interpretação acerca das ameaças, para uma consciência situacional e para a ação por parte do oficial das Armas. Nesse aspecto, o arcabouço teórico-conceitual contido nos campos do saber das Relações Internacionais e da Geopolítica possuem valor primordial enquanto chaves de interpretação.

3. AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ENQUANTO FERRAMENTA DA FORMAÇÃO MILITAR

A disciplina de Relações Internacionais é extremamente atual, devendo fazer parte do cabedal de conhecimento do jovem oficial, diferentemente de tempos passados, onde se esperava que apenas o oficial mais antigo, por vezes já com o curso de Estado-Maior, possuísse tal conhecimento.

O espírito crítico, o arcabouço de argumentos e o conhecimento a respeito dos mais variados assuntos, são hoje base para que o oficial não seja alienado de debates e conversas que ultrapassam seu preparo estritamente para o combate.

Na verdade, o conhecimento disponibilizado pelas Relações Internacionais faz parte da própria natureza ontológica do militar. Por exemplo, só pelo fato da existência de forças armadas para defender a soberania do Estado retrata a visão realista deste campo do saber, a qual prevê preocupação constante por parte do ator estatal com a sobrevivência e que, para isso, possui necessidade de poder e que, em último caso, para essa consecução, deve contar com a autoajuda.

Enfim, com o estudo das Relações Internacionais na AMAN, o cadete passa a: reunir ferramentas para participar do debate junto à comunidade acadêmica; en-

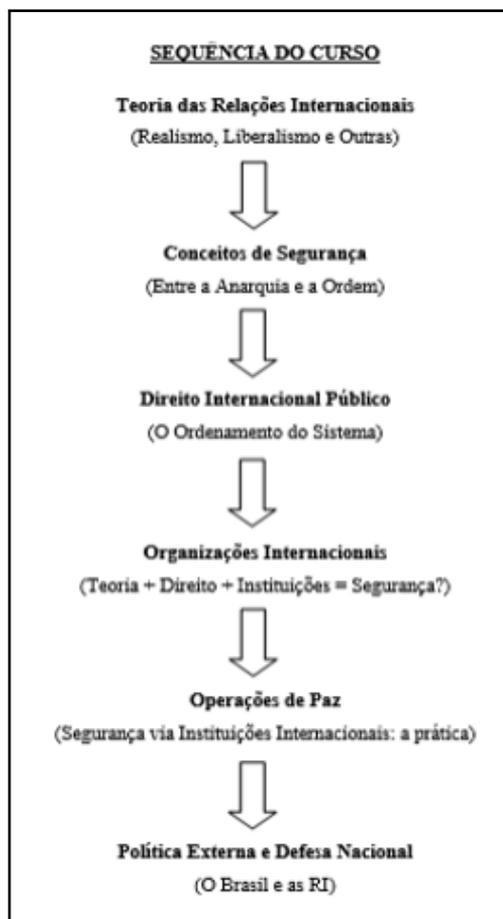
⁶ Embora elaborada em 2020, foi aprovada em 2 de junho de 2022. Para maiores detalhes: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/06/02/politica-nacional-de-defesa-e-aprovada-no-senado-e-segue-para-camara>.

tender porque o principal interesse nacional do Estado é sua permanência como ator no Sistema Internacional e, a partir desses conhecimentos; construir argumentos e conhecimentos embasados, a fim de bem apresentar suas opiniões, de melhor representar a nossa Instituição em qualquer foro que participe e tomar decisões dentro da legalidade e da legitimidade exigidas pela sociedade brasileira e internacional. A seguir consta figura que contempla, em linhas gerais, o planejamento dos conteúdos e da sequência em que são ministrados os assuntos e objetivos desta disciplina no currículo da AMAN:

3.1 UNIDADES DIDÁTICAS

Em 2022, foram ministradas 45 (quarenta e cinco) horas-aula de Relações Internacionais para o 2º ano da AMAN (3º ano da Linha de Ensino Militar Bélica), distribuídas em 3 (três) Unidades Didáticas.

Figura 1: Disciplina Relações Internacionais na AMAN – assuntos e sequência



Fonte: Academia Militar das Agulhas Negras (2022).

a. UD I – SISTEMA INTERNACIONAL, na qual o Cadete é apresentado aos assuntos “Teoria e História das Relações Internacionais” e “Segurança Internacional”. Essa parte inicial apresenta uma primeira ideia quanto à política entre os Estados, além de colocá-lo diante do debate atual do que seja a ampliação do conceito de segurança e das “novas” ameaças, como o terrorismo. Começa, também, a ter contato com documentos importantes, como a Carta da ONU e a Constituição Brasileira.

É nesta UD que o cadete é apresentado às duas principais teorias das Relações Internacionais: o realismo e o liberalismo, aquela com base nos escritos de Tucídides, Maquiavel, Hobbes, Carr, Morgenthau e Mearshimer, que possuem em comum a visão sobre a importância, como *última ratio*, da capacidade de poder perante o sistema internacional, sobretudo em sua expressão militar, para a manutenção da paz, enquanto esta, pautada em Grotius, Kant, Angel e Nye, por exemplo, busca enfatizar o uso de instituições e do direito internacional como recursos para solução dos conflitos.

Em suma, assim seria, conforme tabela abaixo, as visões de mundo e seus respectivos paradigmas, considerando da natureza humana ao sistema internacional.

Tabela 1 – A Dualidade Conceitual das Relações Internacionais

Paradigmas	Moralistas/otimistas	Realistas/pessimistas
Antropologia	O homem é bom por natureza	O homem é mau por natureza
Unidade analítica	Sociedade, conjuntura interna	Estado ou nação, governo
Visão do mundo	Sociedade universal	Mundo composto por Estados
Estrutura	Dependência e sujeição	Anarquia
Força militar	Desarmamento	Dissuasão pelas armas, balança de poder
Estratégia	Organizações internacionais, governo mundial	Ordem e hierarquia estatais
Instituições analíticas	Estudos críticos sobre a solução de conflitos, escola idealista, julgamento ético	Estudos estratégicos, escola realista, ética da responsabilidade
Conflito	Estrutural	Nas relações de força
Guerra	A violência é o ápice de um conflito	Resulta da anarquia, busca objetivos com meios militares
Paz	Equilíbrio estrutural, harmonia, fraternidade	Ausência de guerra (paz negativa), defesa do <i>status quo</i>

Fonte: PFETSCH, F. apud SEINTEFUS (2013, p. 8).

Da tabela exposta, podemos inferir, dentre tantas outras ideias-força, o papel exato atribuído às forças armadas dos Estados, qual seja a de garantir, pelas armas, a dissuasão de ameaças, eis que os meios militares significam, pelo menos, a última instância do poder estatal. E tudo isso deve pertencer ao saber do oficial, profissional militar que conduzirá frações relativas ao possível uso da violência, o que demanda grande responsabilidade.

As ferramentas cognitivas oferecidas pelas Relações Internacionais favorecem essa apreensão do saber por parte do profissional militar, uma vez que seus respectivos objetos de análise possuem interseção: o Estado e o sistema em que este está inserido.

Ao término dessa fase inicial, o cadete é convidado a analisar um “Tema Integrador”, pelo qual estuda um caso real, no qual são aplicados os conhecimentos até então adquiridos.⁷

b. UD II – SOCIEDADE INTERNACIONAL. Após encerrada a parte inicial da disciplina, o cadete tem condições de adentrar em estudos um pouco mais profundos, buscando entender as relações vigentes na sociedade internacional. O Direito Internacional Público (DIP) apresentará ao cadete as fontes e os fundamentos do DIP, os direitos e deveres do Estado, e noções do que vem a ser sanções, asilo e refúgio. Em seguida, inicia-se o estudo dos principais Organismos Internacionais, com destaque para a estrutura, organização e missões da Organização das Nações Unidas (ONU). Inserido nesse assunto, o cadete aprenderá os principais aspectos que envolvem as Missões de Paz, tema que poderá fazer parte da sua vida profissional pouco tempo depois de completar seu curso de formação. Ao término desta UD, o cadete realiza seu segundo “Tema Integrador”, pelo qual analisa um evento real e atual da conjuntura internacional, aplicando esse conhecimento.

c. UD III – POLÍTICA EXTERNA E DEFESA. Nesta UD, o cadete começa a compreender os fundamentos da política externa brasileira, tendo contato com os principais documentos referentes a essa política, e com os fundamentos da Defesa Nacional. O discente da AMAN, nesta fase, é apresentado à Política Nacional de Defesa (PND), à Estratégia Nacional de Defesa (END) e ao Livro Branco de Defesa Nacional.⁸ Naturalmente, a profundidade deste estudo estará diretamente ligada ao tempo disponível e ao nível de amadurecimento do cadete, com o intuito de, pelo menos, dar o impulso inicial para que o assunto seja aprofundado em monografias e cursos futuros, dentro do planejamento de um itinerário formativo do oficial de carreira das Armas.

Condizente com a orientação da chefia da Divisão de Ensino e da Coordenação Pedagógica, a Cadeira procura ministrar as unidades didáticas de maneira que torne o assunto ainda mais interessante, utilizando como técnicas de ensino o estudo preliminar, a sala de aula invertida, a palestra, a pesquisa em grupo, o grupo de oposição, a discussão dirigida, além da aprendizagem baseada em problemas. São

7 Um exemplo é a Guerra da Síria ou a da Ucrânia. Nessa oportunidade o cadete estuda, à luz das ferramentas das RI, os atores do sistema internacional envolvidos no conflito, seus interesses, o papel do direito internacional e do emprego da força.

8 A PND e a END em vigor podem ser consultadas em:

https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf.

O LBDN em:

https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versaodolivroemportugues2020.pdf.

utilizadas como suporte para reflexão situações-problema atuais, como a Guerra da Ucrânia e os focos de tensão e de instabilidade envolvendo a China no seu entorno marítimo regional, incluindo Taiwan; da África, como os casos de conflitos no Congo e na República Centro-Africana. Há, ainda, perpassando todos esses, o estudo sobre o papel das Nações Unidas nessas situações: possibilidades e limites da manutenção da paz via instituições.

3.2 OBJETIVOS DA DISCIPLINA RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Buscando sintetizar o que o Plano de Disciplina apresenta como objetivos do estudo das Relações Internacionais na AMAN, pode-se destacar que o cadete deverá ser capaz de analisar e correlacionar situações inerentes à política entre Estados e à segurança internacional; deverá entender como agir dentro dos limites da legalidade e da legitimidade das normas nacionais e internacionais, sempre na busca da paz e da segurança internacional, de acordo com os ditames dos Organismos Internacionais, devendo, para isso, compreender o funcionamento desses. Procura-se inculzir no cadete a importância do entendimento de quais são os fundamentos da política externa brasileira e seus principais documentos normativos. Destacam-se, dentre os objetivos, os conhecimentos necessários para a participação em Operações de Paz, bem como a compreensão da postura do Estado Brasileiro no contexto internacional, e o papel fundamental das Forças Armadas no apoio às posições e decisões do Estado Brasileiro.

3.3 DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES E UMA CONCLUSÃO PARCIAL

As Relações Internacionais são alvo de destaque positivo pelos cadetes nas pesquisas apresentadas a eles pela Seção de Coordenação Pedagógica da AMAN. Sem dúvida, esse posicionamento é fruto do entendimento que o futuro oficial tem da importância do assunto para seu preparo profissional. A apresentação feita aos cadetes do relacionamento entre os Estados, a importância da diplomacia, as possibilidades de solução de controvérsias, os Organismos Internacionais e tantos outros assuntos desta disciplina, tudo relacionado com o Brasil e com as possibilidades de participação do Exército, cativam o cadete e o motivam a estudar e conhecer melhor os temas tratados.

Todos esses argumentos demonstram que a disciplina de Relações Internacionais busca apresentar ao cadete o contexto político mundial, as consequências do relacionamento entre os Estados para o mundo, e a importância da interferência dos Organismos Internacionais em eventos que possam abalar a paz mundial. Tudo isso com a finalidade de que o jovem oficial tenha o entendimento das possibilidades e limites de um eventual emprego de tropa, saiba interpretar e aplicar os princípios basilares do seu país e compreenda a forma como ocorre o relacionamento entre os atores do Sistema Internacional, para que possa, se necessário for, tomar boas decisões e bem representar o Brasil em situações de paz ou de conflito.

4. A GEOPOLÍTICA ENQUANTO FERRAMENTA DA FORMAÇÃO MILITAR

É atribuição do Exército Brasileiro estar, em todos os níveis, sintonizado com os interesses nacionais, no que tange à aplicação do poder do Estado no espaço geográfico que ocupa, isto é, em todo o seu território, bem como na defesa de suas fronteiras e riquezas contra quaisquer eventuais ameaças externas, além de contribuir com a projeção do Brasil no cenário internacional via, por exemplo, participação em operações de paz.

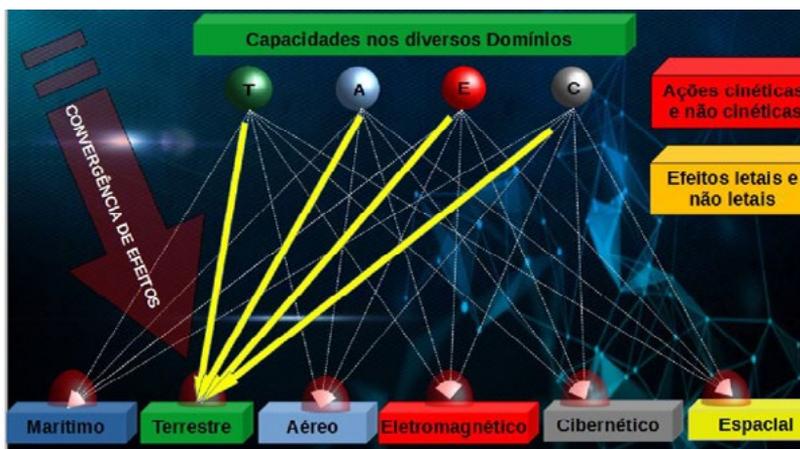
Ao longo do estudo da disciplina Geopolítica na AMAN são apresentadas ideias que reforçam o entendimento da influência exercida pelos fatores e condições geográficas de um Estado, pois como afirmava o general francês Napoleão Bonaparte, notável geopolítico, na teoria e, sobretudo, na prática: “a política de um Estado está em sua geografia”. Essa preocupação com a relação entre a geografia e o estudo das ciências militares também é descrita por Huntington, que considerou, junto com a natureza humana, a geografia como fatores constantes dos conflitos, ao longo do tempo e nos mais diversos espaços geográficos. Literalmente, assim alertou Huntington:

A ciência militar é uma área na qual a competência especializada, adquirida mediante treinamento profissional e a experiência, faz-se necessária à decisão e à ação. **Esse campo, que diz respeito à implementação da política estatal pela força armada, divide-se em componentes constantes e componentes variados [...]. O elemento constante reflete a permanência da natureza humana e da geografia física.** Isso pode ser chamado de estratégia, e assim diferenciados dos elementos variáveis que são a tática e a logística [...]. (HUNTINGTON, 2016[1957], p. 94, grifo nosso)

Huntington busca alertar para o que é constante no sistema, destarte inúmeras e complexas inovações. O homem, de início e por fim, está preso à geografia, à terra, a um determinado território, e disso, ainda hoje, não consegue escapar. Talvez aí resida, como outro argumento, o título dado por Robert Kaplan a uma de suas recentes obras: “*A Vingança da Geografia*” (KAPLAN, 2013). Logo, o homem, sua sociedade e seus recursos continuam vinculados a um *locus*, mesmo considerando o avanço da dimensão informacional e da convergência entre esta e as outras dimensões (a física e a humana) e domínios. Na sequência há uma figura que busca ilustrar, de um lado, a complexidade das ações demandadas e, de outro, os elementos constantes da natureza dos conflitos:⁹

9 No início de 2023, o Estado-Maior do Exército publicou o Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro - Operações de Convergência 2040 (EB B20-MF-07.101), que estabelece, dentre outros, “as capacidades, a natureza, a dimensão e a articulação das tropas integrantes da FORÇA 40” (BRASIL, 2023). Para isso, prevê o referido Manual, a Força Terrestre, a fim de ocasionar desequilíbrio em forças oponentes/inimigas, deverá atuar por meio da convergência de efeitos, em diferentes espaços e tempo, com sobreposição, simultaneidade, sincronização e combinação de atitudes,

Figura 2 – Ações, Efeitos e Capacidades nos Domínios



Fonte: BRASIL (2023, p. 5-8)

A fim de compreender a importância dos domínios tradicionais, são destacadas teorias geopolíticas como a do poder terrestre, a do marítimo, a do aéreo, que serviram ora para explicar um fato, ora como motivação para decisões de governantes ao longo da história, possibilitando ao cadete entender o motivo dos eventos, deixando de apenas aceitá-los como verdade¹⁰. A par disso, o cadete identifica, ao longo do curso, focos de tensão em áreas internacionais de interesse e outros assuntos que procuramos explicar, sumariamente, nos próximos parágrafos, tendo, na Figura 2, uma visão geral e sequencial dessa sistematização.

4.1 DAS UNIDADES DIDÁTICAS

Atualmente, são ministradas 45 (quarenta e cinco) horas-aula de geopolítica para o 3º ano da AMAN, 4º ano da formação da Linha de Ensino Militar Bélica¹¹. Essas aulas são divididas em 5 (cinco) Unidades Didáticas (UD)¹², assim distribuídas:

a. UD I – FUNDAMENTOS DA GEOPOLÍTICA, pela qual se busca despertar no cadete o interesse pela disciplina, apresentando as origens e fundamentos

considerando seis domínios (terrestre, marítimo, aéreo, espacial, cibernético e eletromagnético) e três dimensões (física, humana e informacional). Interessante de ser observado - e registrado - é que para se atingir essa gama complexa de demandas, as ferramentas das RI e da Geopolítica estão presentes.

10 O cadete também é convidado a refletir e questionar para além das teorias geopolíticas tradicionais, como por exemplo a possibilidade de formulação de uma teoria do poder aeroespacial, tal qual apontou Carlos Rosa (2020) e do poder cibernético, segundo Ferreira Neto (2013; 2020).

11 Atualmente, o curso de formação da AMAN é de cinco anos, sendo o primeiro desses realizado na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx), em Campinas-SP.

12 Dessas cinco UD, as duas primeiras servem como lente, de forma transversal, para as demais, por funcionarem como referencial teórico e metodológico quando da avaliação do poder de espaços geográficos sob várias escalas de análise.

iniciais desse ramo do conhecimento, os conceitos geográficos fundamentais e suas aplicações geopolíticas e as Escolas de Pensamento Geopolítico, tudo para inserir o cadete no cerne da disciplina e prepará-lo para conhecer as principais teorias geopolíticas clássicas e modernas, bem como poder entender a evolução do pensamento geopolítico acompanhando a evolução da história do mundo.

Figura 2: Planejamento e Sistematização da Disciplina Geopolítica - AMAN



Fonte: Slide da aula inaugural ministrada em 2023, no Auditório General Médice (AGM), na AMAN.

b. UD II – MÉTODO DE AVALIAÇÃO DO PODER, momento em que é apresentado ao cadete o assunto que servirá como ferramenta para o estudo das próximas unidades didáticas, o Levantamento Geográfico de Área (LGA). O LGA é uma ferramenta que auxilia o cadete no estudo e avaliação de áreas ou países que possam vir a ser de interesse do Brasil ou da Força, em determinado momento, aumentando as chances de sucesso na missão a ser cumprida. Nesta UD, o cadete aprende quais são as expressões ou os fatores do Poder Nacional, como estudá-los em seus diversos aspectos e a concluir a respeito do Poder nacional do país em questão. Desnecessário dizer que esse conhecimento auxiliará o futuro oficial a melhor conhecer os locais onde poderá servir.

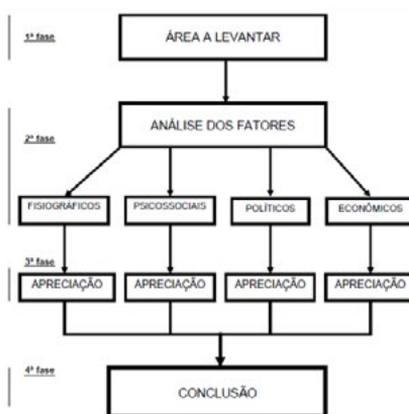
A seguir a capa do Método do LGA e o fluxograma com a sequência das ações (fases) e os fatores ou expressões do Poder Nacional estudados.

Figura 3: Capa do LGA



Fonte: Método do LGA (AMAN).

Figura 4: Fluxograma do LGA



Fonte: Método do LGA (AMAN).

c. UD III – PROJEÇÃO GEOPOLÍTICA BRASILEIRA. Aqui se começa, efetivamente, a aplicar as ferramentas teóricas e conceituais até agora apresentadas ao cadete nos assuntos iniciais. E se começa pelo Brasil, estudando suas potencialidades e vulnerabilidades, a realidade atual do país, suas riquezas, recursos naturais e toda a conjuntura que envolve a capacidade do Brasil em cada vez mais se desenvolver e ser um Estado respeitado internacionalmente. Nesta UD trava-se contato, também, com os principais geopolíticos brasileiros, civis e militares: suas ideias e as aplicações práticas daí advindas. Durante essas aulas, o cadete começa a conhecer, sob um olhar geopolítico, a importância do pensamento, por exemplo, dos generais Mario Travassos e Meira Mattos, e das professoras Therezinha de Castro e Bertha Becker, e é inserido no debate acerca dos espaços estratégicos do País e da integração regional sul-americana, incluindo nesta os esforços no sentido de uma identidade e de uma indústria de Defesa comum entre o Brasil e os países vizinhos.

d. UD IV – AMÉRICA DO SUL. Já conhecendo a situação do Poder Nacional brasileiro, o cadete é conduzido, a partir de então, ao estudo das principais regiões do mundo e suas relações com o Brasil, iniciando-se pela América do Sul e seus espaços estratégicos. Nesta UD, abordam-se os interesses que unem os países, suas divergências e os principais focos de tensão ainda existentes, latentes ou não. Apresenta-se ao cadete os processos de integração e as iniciativas conjuntas dos países sul-americanos, visando ao desenvolvimento e à segurança regionais. A título de ilustração, são abordados esforços de integração como o Mercosul e a Iniciativa para Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) e de cooperação, como é a Organização do Tratado de Cooperação da Amazônia (OTCA). Nesses casos, ainda, o cadete é convidado a fazer reflexões no sentido de interseção ou de superposição entre o pensamento de algum geopolítico abordado na UD anterior e os projetos e instituições agora estudados, buscando testar a hipótese entre a teoria e a sua prática no mundo real, como

no caso de Mario Travassos (1938) e a necessidade de corredores de exportação para integração sul-americana.

e. UD V – ÁREAS INTERNACIONAIS DE INTERESSE. Nesta UD, o cadete, já familiarizado com o método do LGA e com o estudo de seu país e do subcontinente a que pertence, estende suas vistas para outras regiões do globo, aprendendo a respeito dessas regiões e de suas ligações com o Brasil. São abordados o nível de desenvolvimento de cada área selecionada, os posicionamentos adotados nos países em estudo, os principais focos de tensão e o reflexo de tudo isso para a política externa brasileira. A divisão das áreas para o estudo na disciplina Geopolítica são:

- 1) América do Norte e América Central;
- 2) Europa, Federação Russa e Ásia Central;
- 3) África e Oriente Médio;
- 4) Bacia do Pacífico e Subcontinente Indiano.

A Cadeira busca estimular e motivar o cadete para tornar a aprendizagem mais dinâmica e interessante, e, para isso, procura utilizar vídeos, textos e, sempre que possível, recursos da internet, como a consulta ao Site The World Factbook, da Central Intelligence Agency (CIA), a fim de levantar dados sobre países e regiões mundiais.

Figura 5: Site - The World Factbook



Fonte: Central de Intelligence Agency (CIA).¹³

Como técnicas de ensino, são empregadas, basicamente, a discussão dirigida, o estudo preliminar, a pesquisa em grupo, a palestra e grupos de oposição, tendo como suporte a resolução de situações-problema relacionadas com espaço geográfico, recursos, poder e conflito.

¹³ Disponível em: <https://www.cia.gov/the-world-factbook/>. Acesso em: 6 jul. 2023.

4.2 OBJETIVOS DA DISCIPLINA GEOPOLÍTICA

O plano da disciplina (PLADIS) *Geopolítica* apresenta os objetivos de cada assunto ministrado aos cadetes. Podemos sintetizá-los dizendo que a cadeira busca demonstrar ao cadete que a Geopolítica é um conhecimento indispensável para o entendimento do mundo e sua conjuntura, ou seja, que os fatos e fenômenos não acontecem por acaso, e que muitos conflitos e tensões atuais se apoiam em ambições históricas, tanto políticas quanto econômicas, psicossociais e fisiográficas, que possuem o espaço geográfico como locus do conflito, na tentativa de transformá-lo em território. Para melhor entendimento dessa realidade por parte do instruendo, segue-se uma sequência lógica de unidades didáticas, onde se inicia buscando levar o cadete a ser capaz de compreender e analisar as origens, fundamentos e conceitos geopolíticos, bem como as escolas de pensamento e sua evolução e o conhecimento das teorias geopolíticas clássicas e novas. Tudo isso para estar em melhores condições de entender e interpretar as relações de poder vigente no relacionamento internacional contemporâneo.

A seguir apresenta-se ao cadete o método do LGA, que irá servir como ferramenta para avaliar o poder de Estados a serem estudados no prosseguimento da disciplina e mesmo após a conclusão do curso.

A partir da Unidade Didática III, as teorias, os conceitos e o método são aplicados em espaços estratégicos, com início no próprio País. Ao tratar do Brasil, busca-se analisar e avaliar o potencial geopolítico brasileiro, a conjuntura nacional e as perspectivas de emprego do Exército Brasileiro no cumprimento dos objetivos nacionais do país, bem como conhecer os principais geopolíticos brasileiros e suas contribuições para as decisões políticas nacionais.

Encerra-se o curso com o estudo de áreas internacionais, analisando Estados e regiões que sejam de interesse para o Brasil e cujos posicionamentos e decisões possam trazer qualquer tipo de reflexo para a política externa brasileira. Essas áreas serão analisadas em sua importância geoestratégica, verificando suas principais características e eventuais focos de tensão.

A par desses objetivos, busca-se desenvolver, também, ao longo das aulas e das atividades, individuais e em grupo, valores afetivos estabelecidos no eixo transversal, destacando-se a iniciativa, a cooperação, a responsabilidade, a combatividade e a comunicabilidade.

4.3 DA PERCEPÇÃO DOS DISCENTES E UMA CONCLUSÃO PARCIAL

Ao verificarmos as pesquisas submetidas aos cadetes, no tocante à Geopolítica, observa-se que esta é uma disciplina que desperta o interesse e que agrada ao discente, pois ele consegue identificar a sua importância e a imediata aplicação do conhecimento nela adquirido. Os assuntos ministrados nesta matéria fazem uma ligação do clássico com o atual, do teórico com o prático, o real, facilitando o entendimento de eventos que ocorrem no mundo e aos quais o cadete tem acesso e,

desenvolvido seu espírito crítico, pode avaliá-los e entendê-los, deixando de ser um mero repetidor de informações recebidas. O estudo da Geopolítica coloca o jovem cadete em contato com a realidade de diversos países do mundo, tornando-o capaz de realizar um diagnóstico do poder nacional daquele Estado. Desde o entendimento básico de que “Espaço é Poder” até a compreensão das teorias geopolíticas e sua influência nas decisões dos Estados, o cadete passa por um processo de amadurecimento intelectual que o deixará melhor preparado para o enfrentamento da realidade internacional que o aguarda após a conclusão do curso da AMAN.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento humano evolui, em nosso tempo, a uma velocidade impressionante, assim como a rapidez com que as novas informações e acontecimentos chegam até nós pela imprensa e pelos grupos e mídias sociais.

Não se pode mais esperar que o jovem tenente trate apenas de suas instruções e exercícios no terreno com seu pelotão. Ele estará inserido nessa realidade e não poderá ficar alheio a tudo que acontece a seu redor e pelo mundo.

O oficial formado pela AMAN precisa ter condições de transitar com segurança e desenvoltura nos mais diversos campos do saber e, apoiados nessa certeza, percebemos que avulta de importância o ensino das disciplinas de Relações Internacionais e de Geopolítica na AMAN. O cadete aprenderá a atividade-fim de sua profissão nas instruções militares, e a parte acadêmica na Divisão de Ensino, onde estas duas disciplinas o ajudarão a melhor entender as relações entre os Estados, os mecanismos internacionais de manutenção da paz e as origens de tensões e conflitos ainda em voga no mundo. Nestas disciplinas, os cadetes estarão sendo preparados para agir tanto em tempos de paz quanto em eventuais conflitos, pois já terão uma boa ideia da importância do posicionamento geográfico dos países e sua influência na consecução de seus objetivos nacionais, tema abordado em Geopolítica, e os mecanismos disponíveis para os Organismos Internacionais atuarem, assunto visto em Relações Internacionais.

Onde mais o cadete terá seu interesse despertado para a leitura sobre Tucídides, Maquiavel, Hobbes e o que esses autores disseram acerca da natureza dos conflitos? Onde aprenderá a importância de Mario Travassos e de Meira Mattos para a consolidação do Brasil enquanto país soberano e seus esforços para se tornar potência regional e mundial? E quando saberá das teorias de Alfred Mahan, de Halford Mackinder ou de Joseph Nye, de Kenneth Waltz, de Barry Buzan e de John Mearshimer?

Podemos identificar que o contato com esses autores históricos, bem como com assuntos ministrados aos cadetes em ambas disciplinas, busca compartilhar com o futuro oficial as teorias geopolíticas existentes, clássicas e novas, e as teorias realista e liberal, que conduzem as relações internacionais. Naturalmente, enquanto a Geopolítica se volta para a importância do espaço e do território, as Relações Internacionais focam no relacionamento entre os Estados que ocupam esses territórios, e na participação dos organismos internacionais como mediadores na busca de solu-

ções para eventuais controvérsias. Os interesses do Brasil, a potencialidade de seu território e sua projeção no cenário internacional são um ponto de contato entre as duas disciplinas.

Evidentemente, há de se respeitar a maturidade do cadete, aprofundando as disciplinas até um nível que seu amadurecimento mental e psicológico absorva, mas plantando a semente de um conhecimento que será desenvolvido à medida que o oficial cresça na carreira e obedeça ao itinerário formativo estabelecido por nossos órgãos competentes.

Concluindo, pode-se dizer que o espírito crítico, a capacidade de argumentação e o conhecimento dos mais variados assuntos, são hoje fundamentais para o bom desempenho profissional do oficial do Exército, não só em sua atividade fim, mas também para não permanecer alienado de fatos, conversas e discussões de alto nível, bem representando nossa Instituição em todos os círculos que frequentar.

Assim, diante deste quadro, fica nítida a real importância do ensino das Relações Internacionais e da Geopolítica na AMAN, pois possibilitam ao jovem cadete, futuro oficial de carreira do Exército, essa necessária visão do mundo em que vivemos, as regras que norteiam as grandes decisões dos diversos atores do Sistema Internacional, bem como das origens de vários conceitos e teorias que dão base e sustentação a essas decisões, proporcionando ao oficial o perfeito entendimento das relações entre os Estados e os posicionamentos da política externa brasileira.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. O Método do Levantamento Geográfico de Área. Resende: Editora Acadêmica, 2018.

_____. Nota de Aula de Geopolítica. Resende: Editora Acadêmica, 2022.

_____. Nota de Aula de Relações Internacionais. Resende: Editora Acadêmica, 2022.

_____. Plano de Disciplina Relações Internacionais. 2º Ano da Formação na Academia Militar das Agulhas Negras (3º Ano da Formação Geral). 2022.

_____. Plano de Disciplina Geopolítica. 3º Ano da Formação na Academia Militar das Agulhas Negras (4º Ano da Formação Geral). 2022.

BECKER, Bertha. “Geopolítica da Amazônia”. In: Estudos Avançados, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, abr., 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 6 jun. 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: STF: 2022[1988].

_____. Política Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

_____. Estratégia Nacional de Defesa. Brasília: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 3 set. 2023.

_____. Livro Branco da Defesa Nacional. Brasília: Ministério da Defesa. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versaodolivroemportugues2020.pdf. Acesso em: 3 set. 2023.

EXÉRCITO BRASILEIRO. Portaria N° 734, do Comandante do Exército. Conceitua Ciências Militares, estabelece a sua finalidade e delimita o escopo de seu estudo. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/006_outras_publicacoes/07_publicacoes_diversas/01_comando_do_exercito/port_n_734_cmdo_eb_19ago2010.html. Acesso em: 3 set. 2023.

_____. Manual de Fundamentos. Conceito Operacional do Exército Brasileiro. Operações de Convergência 2040. Estado-Maior do Exército, 2023.

HOBBS, T. O Leviatã ou Matéria, Palavra e Poder de um Governo Eclesiástico e Civil. São Paulo: Civita, 1983 [1651].

HUNTINGTON, Samuel P. O Soldado e o Estado: Teoria e Política das Relações entre Civis e Militares. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016[1957].

KAPLAN, Robert D. A Vingança da Geografia: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013

ROSA, Carlos E. V. Geopolítica Aeroespacial (Tese). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2020. 323f. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/31525/1/Geopoliticaaeroespacial_Rosa_2020.pdf. Acesso em: 2 set. 2023.

SEINTEIFUS, Ricardo. Relações Internacionais. São Paulo: Manole, 2013.

TRAVASSOS, Mario. Projeção Continental do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional. 1938.

TUCÍDIDES. História da Guerra do Peloponeso. São Paulo: UnB/IPRI, 2001.



A FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS ESTADOS RUSSO E UCRANIANO: A GÊNESE DO CONFLITO

Júlio Raphaël de Freitas Coutinho¹
Marco Antônio de Freitas Coutinho²

INTRODUÇÃO

A Rússia do ano 2000 deverá centrar-se em três povos – russos, ucranianos e bielorrussos – o restante que se vá, se quiserem, seguindo seus próprios caminhos. (Alexander Solzhenitsyn, conforme citado por MORAN, 2003, tradução nossa).

Depois de mais de 10 anos preso e degredado num gulag na Sibéria, o grande escritor e dissidente soviético Solzhenitsyn havia assim se expressado, num livro publicado em 1995³, sobre o futuro dos povos eslavos num mundo pós-soviético. Para ele, tal futuro estaria circunscrito a um núcleo central, formado pelos povos russo, ucraniano e bielorrusso.

Mas qual seria o motivo dessa previsão não ter se concretizado, particularmente no que se refere à Federação da Rússia e à Ucrânia? A formação do antagonismo que levou à Guerra Russo-Ucraniana, maior conflito armado europeu desde a 2ª Guerra Mundial, teria causas históricas, sociológicas ou geopolíticas?

De fato, o conflito bélico iniciado após a invasão das forças militares russas

1 Coronel Reformado. Foi Comandante dos 10ºBI (Juiz de Fora – MG) e Batalhão de Força de Paz brasileiro na UNAVEM III (2ºContingente). Doutor e mestre em Ciências Militares, pós-graduado em Educação, Estratégia, Auditor Ambiental, Filosofia, Logística, Negociação, Política, tecnologia de Informação e graduado em Administração. Foi, também, comandante do Colégio Militar do Rio de Janeiro e professor de Filosofia e de Ciência Gerencial da Academia Militar das Agulhas Negras. Membro da Academia de História Militar Terrestre é colaborador da revista da AHIMTB.

2 Coronel da Reserva. Foi Comandante do 14º Blog e Oficial de Estado-Maior das missões UNAVEM III, MONUA e MINUSTAH. Mestre em Ciências Militares. Pós-Graduado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Mestrando em Ciência Política Internacional pela Universidad Europea del Atlantico (Espanha). Ex-integrante do contingente ucraniano da Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (1996-1997). Ex-Adido de Defesa na Federação da Rússia (2013-2015).

3 A Questão Russa ao Final do Século XX. Nova Iorque: Farrar Straus & Giroux, 1995.

no território ucraniano é o acontecimento com impacto geopolítico global mais significativo das últimas décadas deste novo século e milênio. Este impacto se mostra como uma consequência do processo de construção das identidades nacionais dos povos eslavos em geral e de formação dos Estados russo e ucraniano em particular.

O mundo entrou em uma cadência de alerta, com alinhamentos estratégicos sendo estabelecidos, ficando cada vez mais evidente que se apresenta um novo tabuleiro do xadrez mundial. Tabuleiro que é literalmente uma “caixa de Pandora”, em cima da qual jogam operadores que buscam estabelecer novos marcos civilizatórios. Jogo, que até agora, vinha se baseando em conceitos que tem alicerçado a história geopolítica mundial, tais como: povo, nação, estado, nacionalismo e soberania. Estamos caminhando para mudança destes conceitos basilares? Estariam estes conceitos sendo utilizados e manipulados para auxiliar na construção de uma nova ordem mundial?

Vladimir Putin afirmou, num discurso realizado em julho de 2021, que russos e ucranianos eram um só povo – um todo único (PUTIN, 2021). Segundo ele, essa ideia não teria sido motivada por considerações de curto prazo ou pelo contexto político contemporâneo. De acordo com o Presidente russo, ao observamos o muro que vem sendo erguido nos últimos anos entre a Rússia e a Ucrânia, que segundo ele seriam partes de um mesmo espaço histórico, cultural e espiritual, se pode constatar uma tragédia vivenciada em comum por estes dois povos irmãos. Putin considera que tal tragédia seria uma combinação de erros cometidos pelas lideranças de ambos os países ao longo do história, mas, também, de esforços deliberados de atores externos que buscam consolidar seus respectivos interesses nacionais, no que ele compara com a famosa fórmula do dividir para governar.

Por outro lado, o Professor Timothy Snyder, catedrático do História da Universidade de Yale, apresenta uma opinião bastante divergente. Segundo ele afirma de forma categórica, a argumentação de Putin não teria um embasamento histórico pois, segundo ele, “se um ditador diz a você que a mil anos atrás que alguém foi batizado, isso não quer dizer que sua nação seja a mesma de outra nação” (SNYDER, 2022. 11:16, tradução nossa).

Sobre alguém ter sido batizado, Snyder provavelmente se refere à Vladimir, que possuía os títulos de Grão-Príncipe de Kiev (na atual Ucrânia) e Príncipe de Novgorod (na atual Rússia). Vladimir se converteu ao Cristianismo Ortodoxo no ano de 988, tornando a fé ortodoxa a religião oficial da Rus de Kiev. Como veremos ao longo deste trabalho, a Rus era um Estado que englobava a maioria dos povos eslavos de leste, e que teria existido entre os anos de 862 e 1240, pela união de diversos principados e sob a liderança de um grupo não eslavo, na verdade, escandinavos. Obviamente, não há de se falar em russos e ucranianos neste período, pois tais classificações ainda não se aplicavam aos povos eslavos de leste.

Para entender melhor o presente, inclusive o sangrento e abominável conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia, iniciado em fevereiro de 2022, precisamos conhecer a história desses dois Estados, mas também dos povos e nações que os integram. O que poderia parecer uma tarefa simples, qual seja realizar um trabalho de consolidação de informações contidas nos livros de história para entender o passado, logo

se revela um desafio bastante complexo. E foi justamente na leitura das ideias das duas personalidades, Putin e Snyder, foi de onde surgiu a problematização do presente trabalho, fruto de uma dúvida científica razoável. Cada um deles desenvolve seu pensamento com focos distintos, o que é bastante esperado para um político, no caso o Presidente Putin, e para um professor de história, no caso Timothy Snyder.

Mas seria de se esperar que as ideias de Putin tivessem um foco eminentemente político, enquanto Snyder traria para a discussão um foco acadêmico. Para quem já vem de longa data se aprofundando na história dos dois países em questão, e que já residiu ou visitou ambos, já numa primeira vista, nota que as ideias das duas personalidades se revelam portadoras de narrativas que precisam ser tomadas e avaliadas com cuidado, e para tal, nada como empregar a metodologia científica para efetivamente analisar a formação de povos que evoluíram em sua cultura e tradições e formaram nações, e que por sua vez se fixaram em territórios específicos, deram origem a governos próprios e, finalmente, resultaram em Estados distintos, que hoje se encontram em meio a uma guerra.

Procurando deixar de lado as narrativas que se acentuam num momento de conflito armado, como vivemos no presente, este trabalho buscará responder à seguinte problematização: qual seria a causa central do conflito entre a Rússia e Ucrânia?

A hipótese a ser avaliada é a de que o conflito teria entre suas causas o emprego do nacionalismo como base para construção antagônica de identidades nacionais de ambos os países, agravado pela ingerência de atores externos, interessados na divisão dos povos eslavos de leste, a fim de evitar uma hegemonia regional russa.

Para poder testar a hipótese, pretendemos inicialmente revisar brevemente a epistemologia que há por detrás dos conceitos de povo, nação e estado, antes de passar a uma análise histórica da evolução dos atuais Estados ucraniano e russo. Tal cuidado é relevante justamente devido ao fato de que as narrativas, mesmo para um professor de Yale, como Timothy Snyder, ou um político, como Putin, se desenvolvem de maneira bastante flexível no entorno de tais conceitos. Muitas vezes, os vocábulos Pátria, Nação e Estado são tratados como sinônimos, simplesmente com o propósito de confundir o observador, permitindo com esse artilhar validar a narrativa defendida.

Certamente, seria impossível cobrir em poucas linhas todos os desenvolvimentos que ocorreram ao longo de mais de mil anos de história. Portanto, na etapa em que nos dedicaremos à evolução dos Estados selecionados, iremos nos concentrar em momentos que são considerados cruciais para a formação de ambos.

Desta forma, será apresentada uma contribuição para um melhor entendimento da questão russo-ucraniana. Não será propósito do presente estudo analisar as causas imediatas da guerra em curso, mas certamente as conclusões a que nos propomos atingir podem facilitar o seu entendimento, livre de paixões e ódios.

2. REFERENCIAL CONCEITUAL

De modo a atribuir uma melhor clareza epistemológica aos conceitos mais centrais aplicados ao presente trabalho, passaremos a revisá-los. Com isso, entende-

mos que o desenvolvimento da nossa argumentação estará em condições mais favoráveis para permitir um melhor entendimento dos marcos civilizatórios da história e da geopolítica a serem abordados.

2.1 Conceitos essenciais para o desenvolvimento

Neste sentido, foram selecionados alguns conceitos, como os de nação, nacionalismo, estado, governo, país, estado federado e estado-nação. Como já podemos antecipar na introdução, alguns desses conceitos vem sendo empregados de forma equivocada, de maneira inadvertida ou intencional, contaminando argumentos que embasam narrativas aplicadas, inclusive, ao conflito atual russo-ucraniano.

Nação: está ligada à identidade, à cultura e à história de uma sociedade. São agrupamentos ou organizações sociais que partilham os mesmos costumes, características, etnia, idioma e tradição. Entretanto, esse não é um conceito epistemologicamente simples, e nem aplicável à todas as situações. Gellner (1983, p. 7) apresenta duas ideias que podem ser aceitas para definir esse conceito bastante complexo. Na primeira delas, dois cidadãos poderiam ser considerados de uma mesma Nação “se, e somente se, partilharem a mesma cultura, onde a cultura, por sua vez, significa um sistema de ideias, sinais, associações e formas de comportamento e comunicação”. Por outro lado, ele apresenta uma segunda situação, segundo ele igualmente possível, na qual duas pessoas poderiam se considerar de uma mesma Nação “se, e somente se, reconhecerem um ao outro como pertencentes à mesma Nação”. Portanto, segundo Gellner, as nações seriam artefatos das convicções e laços de lealdade e solidariedades dos homens. Uma mera categoria de pessoas (digamos, ocupantes de uma região ou falantes de uma determinada língua, por exemplo) torna-se uma nação se e quando os membros da categoria firmemente reconhecer certos direitos e deveres mútuos entre si em virtude de sua participação compartilhada nele. É o reconhecimento mútuo como que os transforma numa Nação e, portanto, não os atributos eventualmente compartilhados. Esta última ideia é importante para melhor entender o conceito de Estado multinacional.

Nacionalismo: seria basicamente um princípio político, que permite que a unidade política e a unidade nacional sejam congruentes. O nacionalismo como sentimento, ou como movimento, pode ser mais bem definido em termos deste princípio. O Nacionalismo pode envolver orgulho ou ódio, suscitados tanto pela violação do princípio ou pela satisfação despertada pelo seu cumprimento.

Estado: a maioria das definições adotadas se baseia na definição de Max Weber:

“(...) aquela comunidade humana que, dentro de determinado território – este, o território, faz parte da qualidade característica - reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito

de exercer a coação física na medida em que o Estado o permita. (...) Seus elementos integrantes, ou condições de existência são, a saber: território, povo e soberania (ou poder político)”. (conforme citado por SGARBOSSA e IENSUE, 2018, p. 47-48).

Governo: é uma das instituições (ferramentas) que se usa no Estado. Eles são passageiros porque dependem da pessoa que está no alto cargo naquele momento. Cada um assume uma função, objetivo e estilo.

País: o país é um limite de área geográfica. É como se pegássemos um mapa, marcássemos faixas de território e déssemos um nome a cada um. Normalmente os países coincidem com um Estado, justamente para que as coisas fiquem alinhadas. Entretanto, isto já nem sempre ocorre no caso das nações.

Estado Federado: seria um Estado dotado de soberania, mas constituído de estados-membros, unidades integrantes que, por sua vez, não seriam dotadas de soberania, mas de autonomia. Como regra geral, os Estados que se unem para constituir uma federação passam a ser autônomos, isto é, possuem um conjunto de competências ou prerrogativas garantidas legalmente (normalmente por uma constituição) que não podem ser abolidas ou alteradas de modo unilateral pelo governo central. Entretanto, apenas o Estado federal é considerado soberano, inclusive para fins de direito internacional. Normalmente, apenas ele possui representação diplomática e os estados-membros são reconhecidos pelo direito internacional apenas na medida em que o respectivo Estado federal o autorizar. O sistema político pelo qual vários Estados se reúnem para formar um Estado federal, cada um conservando sua autonomia, recebe o nome de federação.

Estado-Nação: este conceito pode ser definido como a forma de organização política dos governos somados às organizações sociais ao seu redor. Nele, sociedade (Nação) e política (Estado) estão unidos. Eles apresentam seu próprio território, têm soberania e autonomia para escolher a forma de governo. Portanto, a definição mais aceita de Estado-Nação envolve uma estrutura que une a instituição política (Estado) com a unidade cultural (Nação). Ela possui autonomia e soberania legítima, ou seja, é reconhecido por outros países e governa pelos próprios meios, sem interferência externa.

A origem dos Estados-Nação está relacionada ao processo de centralização do poder e do nascimento das Nações Modernas na Europa, entre os séculos XII e XVIII. Ela marca o auge da Idade Moderna porque foi inspirada no conceito de “Estado da Razão” do Iluminismo. É nesse momento que o espírito nacionalista surge da forma que conhecemos hoje. O Estado moderno marca o fim da ordem feudal.

Nesse contexto, inspirados pelos ideais do Iluminismo, surgiram as revoluções. As pessoas começam a se interessar por política, a razão e sistematização das coisas torna-se o maior ideal da época. Na Idade Média as questões administrativas

eram locais, mas existia um sentimento de honra comum a todo o império. Em oposição, na Idade Moderna surge o nacionalismo.

Nesta etapa do desenvolvimento do Estado o individualismo ganha força, se refletindo no fato de que cada nação tem um sentimento próprio por si. Tudo é administrado pelo Estado local, mas os Estados não interferem um no outro e não estão subordinados a nada.

O evento que foi o catalizador do processo de fortalecimento do Estado-Nação é a chamada Paz de Westfália, que foi um conjunto de tratados de paz assinados em 1648, encerrando a Guerra dos Trinta Anos na Europa. Esse acontecimento estabeleceu o princípio da soberania dos Estados, que passaram a ter autonomia para decidir sobre seus assuntos internos, sem interferência de outros países ou mesmo da Igreja. Além disso, a Paz de Westfália reconheceu a igualdade em direitos e obrigações entre os Estados e o respeito pelos compromissos internacionais. Esses princípios foram, portanto, fundamentais para o surgimento e a consolidação dos Estados-Nação na Europa, e posteriormente, no resto da civilização contemporânea.

O Estado moderno passou, portanto, a ser o portador da soberania, o que significa que o poder político está centralizado nas instituições governamentais responsáveis pela lei e ordem interna.

Mas há de se destacar que um dos princípios fundamentais de um Estado-Nação é a questão de atribuição da nacionalidade aos seus cidadãos, o que estabelece maior complexidade à questão. Alguns Estados estabelecem que a nacionalidade é determinada pelo princípio legal conhecido como *jus solis*, no qual o fator determinante seria o local de nascimento. Esse é o caso do Brasil. Em um segundo grupo de Estados ficou estabelecido que a nacionalidade não estaria relacionada ao local de nascimento, mas sim com a nacionalidade de seus pais. Seria o princípio jurídico do *jus sanguinis*. Este é o caso dos países eslavos em geral, e da Rússia e da Ucrânia, em particular (SANGRILLO et al, 2023, p. 9-10).

Esta diferença nos faz despertar para o fato de que nem todos os Estados-Nações multinacionais, como o Brasil, a Ucrânia e a Federação da Rússia, tratam a questão da nacionalidade de forma igual. O Estado-Nação se configura por meio de sua forma de estado, forma de governo, sua estrutura jurídica, pela criação de leis obrigatórias para o povo e suas atividades, assim como pela delimitação de território por meio de fronteiras, pela moeda e pelas forças armadas próprias. Mas também, o Estado-Nação se configura por meio de uma ideologia, um princípio definidor de quem pode ou não ser legalmente um cidadão daquele Estado. E isso tem grande impacto no caso de Rússia e Ucrânia.

2.2 Outros conceitos importantes

Devido ao fato de que o conflito possui grande inter-relação com o ambiente externo e o sistema internacional, alguns outros conceitos também se mostram essenciais para o seu perfeito entendimento. Desta forma, serão revisados os conceitos de globalização e de geopolítica.

Globalização: constitui um processo de integração econômica, social, cultural e política mundial que teria sido impulsionado pela redução de custos dos meios de transporte e comunicação dos países no final do século XX e início do século XXI. O termo é normalmente utilizado a propósito de um conjunto de transformações socioeconômicas que vêm atravessando as sociedades contemporâneas em todos os cantos do mundo.

No que tange ao aspecto econômico, é importante salientar que em um mundo como o atual, em que há elevada integração econômica entre os Estados, praticamente não existe a possibilidade de uma Nação atingir um grau de desenvolvimento satisfatório sem fazer parte desta rede econômica global.

A globalização resulta também do desenvolvimento da tecnologia, da expansão das comunicações e do aperfeiçoamento do sistema de transportes, o que tem permitido a integração de mercados em velocidades avassaladoras e tem propiciado uma intensificação da circulação de bens, serviços, tecnologias, capitais, culturas e informações em escala planetária.

A partir desse contexto, começa a emergir o que se pode chamar de mundialização. Muitos cientistas políticos consideram que o fenômeno da globalização estabeleceu limites ao princípio da soberania Estatal no âmbito das relações internacionais.

Geopolítica: o conceito de geopolítica não apresenta uma unanimidade ao analisarmos deferentes autores e escolas de pensamento. Portanto, será importante apresentarmos a visão que temos sobre um termo tão empregado em qualquer discussão que envolva as relações entre Estados. Para o desenvolvimento do presente trabalho podemos considerar uma definição bastante equilibrada da geopolítica, na qual ela pode ser entendida como: “o estudo (ou ciência) que visa analisar a influência da combinação de uma ampla gama de condições verificadas num ambiente geográfico sobre os processos políticos levados a cabo por atores estatais e não-estatais” (DE FREITAS COUTINHO, 202, p. 66).

Feita esta abordagem conceitual, podemos considerar que as teorias geopolíticas se aglutinam basicamente em três escolas de pensamento:

- A Escola Determinista, que pregava uma preponderância do determinismo geográfico sobre o destino das nações. Compreende as Teorias do Poder Marítimo e Terrestre. Esta linha teve como expoentes Karl Ernst Haushofer, Alfred Taylor Mahan e Halford Mackinder;

- A Escola Possibilista (francesa), que enfatizava o potencial do homem em conduzir as possibilidades apresentadas pelo meio geográfico, ressaltando que a relação entre homem e geografia é mediada pelo fator político (TEIXEIRA JUNIOR, 2017, p. 35). Seu expoente de maior destaque foi Vidal de La Blanche; e

- A Escola Integralizada, que surgiu como uma crítica ao pensamento que se estudava até então, buscando combinar as ideias das Escolas Determinista e Possibilista. A ideia central é a de que “o possibilismo age, mas não raro, em função de um determinismo” (BONFIM, 2005, p. 29). A Escola Integralizada compreende muitas vertentes críticas, mas vamos citar apenas duas: a Teoria das Fímbrias, cujo expoente

principal foi Nicholas Spykman, e mais recentemente, a Teoria do Sistema-Mundo (World-System), cujos princípios foram apresentados por Flint e Taylor na obra “Political Geography: World Economy, Nation-State and Locality” (FLINT, TAYLOR, 2018).

Qualquer uma das escolas citadas, ou mesmo todas elas, poderão servir de base para uma análise a ser realizada sobre um evento qualquer da conjuntura internacional. Mas a análise geopolítica será tanto mais rica, quanto mais ângulos da mesma situação forem explorados. Como bem dizia Milton Santos, “a Geografia é como uma fotografia. A Geopolítica é como um filme”. Portanto, a geopolítica demanda um enredo, uma história.

2.3 Aplicação dos conceitos ao tema abordado

Após terminado esse sobrevoo sobre os diversos conceitos selecionados, pasaremos a fazer algumas considerações adicionais. Um Estado pode assumir as formas de união ou federação. Neste último caso, como já vimos, os estados-membros passam a ser chamados de unidades federativas.

O Brasil é considerado um Estado-Nação porque possui um Estado (população, território e governo) alinhados com os aspectos nacionais (sociedade com uma identidade). Ele é reconhecido por outros países e organismos internacionais, além de ter soberania econômica e política.

Esse assunto não se encerra por aí, é importante deixar claro que todos esses elementos estão juntos nos Estado-Nações. Porém, nem sempre é assim. Há Nações que não pertencem a nenhum Estado e até Estados sem país. Os curdos e os ciganos são nações que habitam várias regiões, mas não possuem o seu próprio Estado. Os Cavaleiros de Malta são um Estado, mas não possuem seu próprio país.

Há um efeito social no Estado-Nação, pois o indivíduo se sente pertencente a uma identidade nacional que lhe dá segurança e certeza. Ele é comum aos seus conterrâneos, mas é diferente dos demais. Portanto, emerge o nacionalismo.

Já entendemos que essa ideia de nacionalismo surge junto à formação do Estado-Nação. Mas quais são os efeitos práticos disso? Vejamos:

Ao longo da história moderna, foi possível observar um nacionalismo tão exagerado que chegou a virar ideologia e cair na xenofobia (preconceito contra estrangeiros).

Em inglês, os termos nacionalidade e nação são frequentemente usados de forma intercambiável. Segundo Magocsi (1996, p. 352-353), este uso resulta em grande confusão sempre que um esforço é feito para distinguir cada um deles. Em particular, surge uma confusão no que diz respeito à relação entre um determinado povo e a estrutura estatal em que ele vive. É preciso lembrar que a maioria dos Estados, hoje e no passado, incluiu dentro das suas fronteiras, povos de diferentes origens culturais e linguísticas.

O que, então, distingue uma nacionalidade de um grupo étnico? Uma característica distintiva não seria apenas a presença ou ausência de características culturais, linguísticas ou religiosas, mas sim uma consciência entre os membros de um dado grupo de pessoas se distingue dos povos vizinhos ou de outros laços nacionais. Em

outras palavras, uma nacionalidade deve ter elementos objetivos, culturais, religiosos ou linguísticos. Mas também elementos subjetivos, tais como a autopercepção de pertencimento e a vontade de pertencer a um grupo distinto.

O número de elementos objetivos em comum pode variar de nacionalidade para nacionalidade. A língua, por exemplo, é considerada por muitos como sendo uma característica essencial, mesmo definidora, de uma nacionalidade. Esse seria um caso típico do Brasil. Mas nem sempre isso se aplica a todos os casos, como na Bélgica e na Suíça, por exemplo. Assim, é possível identificar-se como de uma determinada nacionalidade sem se expressar cotidianamente na língua majoritária.

Quanto ao fator subjetivo, a consciência de que se pertence a uma nacionalidade é um processo aprendido e transmitido, seja por intermédio da família ou pelo sistema de ensino. Devido a essa visão, surgiu o conceito jurídico da minoria nacional, que muitas vezes é questionado. Segundo Magocsi (1996, p. 353), não existiriam minorias nacionais, apenas nacionalidades residentes num ou mais Estados.

Alguns Estados, entretanto, buscam o objetivo de se tornar um Estado-Nação, isto é, atuam para construir uma unidade pelos meios oficiais disponíveis, seja por meio de suas leis, pelos meios oficiais de comunicação e, principalmente, pelo sistema de ensino. Para tal, estabelecem uma premissa na qual todos os habitantes dentro dos seus limites pertencem, ou devem ser pertencem a uma única nacionalidade de Estado. E a língua assume, neste caso, um papel relevante.

Durante o período da União Soviética, por se basear na ideologia Marxista, ali consideravam que o socialismo só se consolidaria se tivesse um caráter internacional. Essa ideia se baseava fortemente no conceito de “Nações sem história”, cujas bases foram lançadas num trabalho de Frederich Engels datado de 1859, onde este escrevera:

Todas as alterações (no mapa da Europa), se quiserem durar devem começar pelo esforço para dar cada vez mais às grandes e viáveis nações europeias as suas verdadeiras fronteiras nacionais, que são determinadas pela linguagem e pela simplicidade, ao mesmo tempo que as ruínas dos povos, que ainda aqui se encontram e que não são mais capazes de uma existência nacional, são absorvidos por nações maiores e ou se tornam parte delas ou se mantêm como monumentos etnográficos sem significado político (conforme citado por HAROLD, 1976, p. 43).

Assim, nações tiveram sua cultura local originária anulada ou alterada, de forma a serem absorvidas no contexto de uma política de nacionalidades artificialmente construída. O Leste Europeu só conseguiu se reerguer e lutar contra a imposição soviética porque já era nacionalista antes.

Há também o exemplo dos Blocos Econômicos. Embora cada Estado-Nação seja soberano, naquilo que eles dialogam e concordam, é possível estabelecer uma boa relação entre os países.

Por isso, o modelo de governo Estado-Nação e seu nacionalismo não é bom ou mau, pior ou melhor. É importante entendê-lo no seu contexto histórico e avaliar os seus possíveis usos.

Ressalte-se o seguinte fato: Para que um Estado seja aceito como ente soberano ele depende de quatro elementos essenciais: um território, uma população, um governo que exerça poder sobre este território e a população, e o reconhecimento (como Estado) pelos outros Estados-Nações, constituintes da sociedade internacional.

A lição acima apresentada nos mostra que o poder estatal não pode se limitar às fronteiras geográficas que estabelecem o território, se fazendo também necessário o reconhecimento do poder soberano dos demais Estados para que haja, em caráter recíproco, a legitimação da sua própria condição de soberania, possibilitando uma melhor integração econômica com demais atores do Direito Internacional.

Como não poderia deixar de ser, esta legitimação da soberania não ocorre de maneira homogênea entre os diferentes países. Em decorrência de diversos fatores, principalmente econômicos, alguns Estados “são mais soberanos que os outros”.

Exemplo clássico desta disparidade do poder estatal é aquela observada nos Estados Unidos da América, China, Rússia entre outros, que afirmam categoricamente sua soberania ao desprezar convenções internacionais sobre os mais diversos temas e utilizam-se do seu alto grau de desenvolvimento econômico e ou militar para exigir determinadas condutas das nações cujo grau de desenvolvimento é nitidamente inferior.

Sendo assim, o estreitamento das relações em prol do processo de globalização acaba ocasionando a perda da essência da soberania nacional, pois a vincula ao desenvolvimento político e econômico do Estado. Entretanto, há atualmente verdadeiros remédios para esta “redução” do poder soberano. A criação de blocos econômicos, tais como o Mercosul, a União Europeia, os BRICS e outros que possam surgir, resultam em uma “soma” de soberanias voltadas a um interesse comum dos Estados-membros, permitindo aos Estados menos desenvolvidos exercer maior influência no âmbito internacional.

Ademais, dia após dia é possível verificar que o princípio de igualdade soberana assume uma importância cada vez maior na esfera das relações jurídicas internacionais, reconhecendo os diferentes graus de desenvolvimento e a consequente desigualdade entre os Estados. Buscando a aplicação de um tratamento diferenciado nas questões econômicas e sociais.

Diante disto, boa parte da doutrina atual entende haver uma necessidade de se adequar o conceito de soberania a um mundo globalizado, discutindo se este deve ser integralmente reformulado ou meramente alterado.

Concluindo parcialmente, se mostra relevante se aprofundar nos conceitos aqui revisitados, de forma a buscar uma compreensão mais aprofundada sobre este conflito bélico resultante da invasão das forças militares russas no território ucraniano. A guerra Rússia-Ucrânia traz consigo aspectos geopolíticos que não se limitam ao horror causado pela dimensão da violência, seja nos seus reflexos econômicos globais, seja nos aspectos humanitários, decorrentes do nível de destruição de vidas humanas.

Rússia e Ucrânia são estados multinacionais, ou seja, diferentes nacionalidades coexistem no espaço de seus respectivos territórios. Por exemplo, na Ucrânia

existem cidadãos ucranianos, que se identificam como tal e falam a língua ucraniana. Mas existem também cidadãos que se identificam como russos e falam a língua russa no seu dia a dia. Devido ao princípio do jus sanguinis, Vladimir Putin constrói argumentos que lhe atribuem o direito de defender a nação russa, mesmo fora de seu território. Já o Presidente da Ucrânia, Vladimir Zelensky, que é um Estado sob a forma unitária, julga ser legal restringir o ensino da língua russa em escolas ucranianas, mesmo em comunidades tradicionalmente falantes da língua russa.

A questão da relação entre os dois Estados e as suas principais nações constituintes continua desempenhando um papel muitas vezes central no fenômeno da guerra. A forma como as relações entre Estado e nação se desenvolvem, seja de forma pacífica ou conflituosa, se mantém como um fator crítico neste e em muitos outros conflitos no âmbito do sistema internacional.

Em termos geopolíticos, temos que considerar que o sistema mundo se encontra numa fase de ajuste da ordem internacional desde o fim da Guerra Fria. Morgenthau (1997, p. 31, tradução nossa), pioneiro do estudo das relações internacionais, afirma que “a política internacional, como toda a política, é uma disputa pelo poder”, e que embora governantes e os povos possam de maneira geral ansiar por liberdade, prosperidade e segurança, o poder acaba por se constituir num objetivo imediato. Ainda segundo ele, o poder político constitui uma relação psicológica entre quem o exercita e quem sofre seus impactos, que devem ser avaliados sob três aspectos: expectativa dos benefícios, temor das desvantagens e respeito pelo ser humano e suas instituições.

Na quadra atual, quem seriam os atores internacionais capazes de exercer o poder, e quem seriam os afetados? Considerando os fluxos de poder entre os atores diretamente envolvidos, Federação da Rússia e Ucrânia, e outros com interesse geopolítico neste momento de transformação hegemônica, os Estados Unidos da América (EUA) em particular, há que se considerar que os conflitos acabam sendo consequências das estratégias para imposição de interesses (CASTRO, 2012, p. 164). Claramente, A Federação da Rússia e os Estados Unidos da América são os atores exercendo poder, e isso fica claro na medida em que a Ucrânia não teria condições de isolada, exercer seu interesse nacional sem apoio ou incentivo externo.

O apoio e interesse dos EUA tem sido exercido desde 2014, ou mesmo antes. E tal interesse esteve sempre relacionado a uma estratégia regional de contrapor às ações da Federação da Rússia, o que se verifica no discurso de uma das mais influentes formuladoras da política externa norte-americana, a Sra. Victoria Nurland, que em suas próprias palavras, afirmando que a “Rússia despreza as regras do sistema internacional de que pretende beneficiar” e que tenta intimidar seus vizinhos por meio de uma submissão econômica e política (NURLAND, 2015). E teria sido a própria Victoria Nurland uma das principais articuladoras da derrubada do Presidente ucraniano Yanukovich, em 2014, na época considerado o principal entrave aos interesses dos EUA na região, como demonstra inequivocamente uma reportagem do jornal britânico *The Guardian* (2014).

No caso do interesse nacional russo, se pode extrair do próprio objetivo político da sua “Operação Militar Especial” na Ucrânia a sua verdadeira intenção: “des-

militarizar e desnazificar” a Ucrânia. Ou seja, reservar ao seu vizinho eslavo o papel de Estado tampão frente à OTAN e aos interesses dos EUA.

Portanto, na guerra russo-ucraniana, seria o nacionalismo uma causa do conflito ou uma ferramenta para uma estratégia geopolítica? Poderia o nacionalismo estar sendo usado politicamente para atender aos interesses nacionais, não apenas dos países diretamente envolvidos, mas de terceiros países que buscam apenas movimentar peças de xadrez do tabuleiro internacional a fim de moldar a ordem internacional?

Resta confirmar se o nacionalismo foi, ao longo da história, uma causa ou um instrumento de conflito entre os povos russo e ucraniano, e se os Estados que ambos conformaram ao longo dos anos sofreram influência de atores externos.

3. ANÁLISE HISTÓRICA

De forma a buscar um melhor entendimento sobre a origem do antagonismo russo-ucraniano, parece importante começar a análise histórica por um ponto de partida, que se baseia no fato de que os povos eslavos, hoje existentes, compartilham efetivamente uma raiz linguística comum.

3.1 A língua eslava como raiz histórico-cultural

Segundo Sussex e Cubberley (2006), as línguas eslavas constituem uma das maiores famílias linguísticas do mundo contemporâneo, podendo ser subdivididas em três grandes grupos, que seriam os eslavos do sul, do leste e do oeste. Como integrantes do grupo eslavo do sul se incluem as línguas bósnia, sérvia e croata. Já o grupo eslavo do Oeste inclui as línguas polonesa, tcheca e eslovaca. Finalmente, o grupo de leste inclui as línguas russa, ucraniana e bielorrussa.

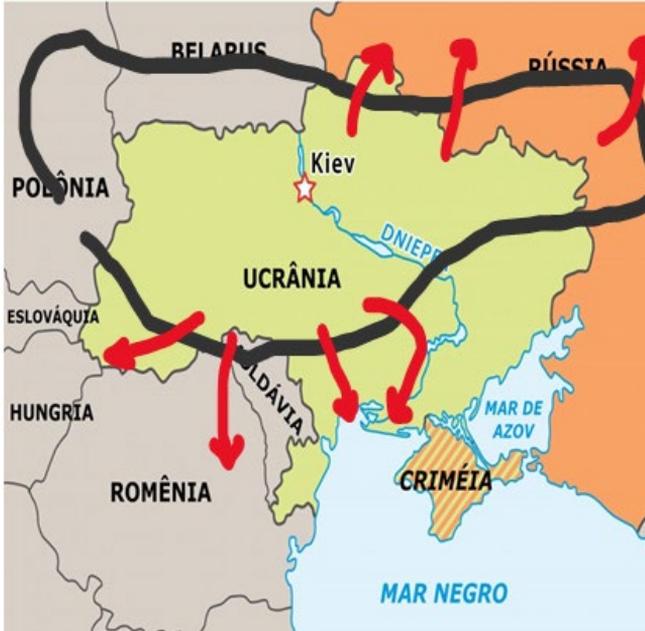
O Mapa 1 apresenta a distribuição espacial das línguas eslavas, conforme apresentado por Sussex e Cubberley (2006, p. xx).

Mapa 1 – Distribuição espacial das línguas eslavas.



Trilhando o caminho da história, verifica-se que os povos eslavos de leste, ou seja, povos que deram origem às atuais línguas russa, ucraniana e bielorrussa, possuem também uma origem geográfica comum, localizada na área demarcada no Mapa 2.

Mapa 2 – Limites da concentração original dos povos eslavos de leste e sua expansão (Séc VI e VII), segundo Boris Ribakov, conforme citado por Magocsi (1996, p. 37). Mapa político atual, adaptado pelos autores.



3.2 O surgimento e ascensão da Rus de Kiev

Foi justamente nessa região onde, no período medieval, se formou um Estado denominado “Antiga Rus” ou, simplesmente, “Rus de Kiev”. Ali viviam as tribos eslavas do leste, ocupando um vasto e rico território. Estavam unidas por uma língua em comum, mas também por laços econômicos, decorrentes da exploração das valiosas riquezas naturais. Tais riquezas, particularmente as peles de animais e o couro, eram objeto de grande interesse por povos localizados mais ao norte, os povos escandinavos, também conhecidos como Varangianos ou Vikings, assim como mais ao sul, o poderoso e imensamente rico Império de Bizâncio.

Consequentemente, rotas comerciais foram se formando ao longo dos rios da região, e que foram exploradas pelos povos vikings, que buscavam atingir ao rico mercado bizantino. Os povos eslavos de leste, até então pouco evoluídos politicamente e separados por disputas fratricidas, foram finalmente pacificados e reunidos, por volta do ano 862, sob um governo dos príncipes varangianos, que deram origem a uma dinastia denominada Rurik. Tal dinastia estaria continuamente à frente do Estados de Rus e, até 1462, da própria Rússia.

Mas no ano de 988, após o batismo na fé cristã ortodoxa de um dos descendentes da dinastia Rurik, a Rus de Kiev passa a ganhar também um componente cultural muito forte. Tal governante foi Vladimir, que ficou conhecido na história como “o batista”, ou “o Santo”. A escolha espiritual de Vladimir foi um dos ingredientes mais

importantes a forjar, no território sob seu governo, uma verdadeira nação para os povos eslavos de leste. Sua conversão também teve contornos políticos, pois representou uma aliança com o poderoso império bizantino, berço da igreja ortodoxa, que até hoje se faz presente na Rússia e na Ucrânia. Vladimir, o batista, foi ao mesmo tempo Príncipe de Novgorod (hoje território russo) e Grão-Príncipe de Kiev (ainda hoje capital da Ucrânia), situação que configura uma raiz comum para os Estados russo e ucraniano, mas também da Bielorrússia.

O trono do Principado de Kiev detinha uma posição dominante e central na Antiga Rus. Não é demais lembrar que a cidade de Moscou sequer existia naqueles tempos. E tal Estado recebeu, portanto, a designação de Rus de Kiev. As origens de tal Estado são hoje conhecidas com base num texto medieval, conhecido como as Crônicas de Nestor ou Crônica dos Anos Passados (CROSS, 1953), e que cobre um período que vai do ano de 852 d.C. até o século 12. Uma versão deste texto, datada de 1377, e que recebeu o nome de Crônicas Russas Primárias, também conhecido como o Texto Laurentino, tem sido a base de diversos estudos sobre este período. É desses textos onde se extrai a famosa frase, que não deixa dúvidas sobre o papel representado por Kiev na história da Antiga Rus: “Que seja a mãe de todas as cidades russas”.

A simples observação do mapa nos permite verificar que a maior parte da Rus de Kiev ocupava o território que hoje corresponde à porção europeia da Federação da Rússia.

Mapa 3 – Rus de Kiev (por volta do ano de 1240)



O Mapa 3 apresenta a distribuição espacial da Rus de Kiev no seu apogeu, por volta do ano de 1240 (MAGOCSI, 1996, p. 81).

Alguns aspectos permitem caracterizar o surgimento de um Estado, e que como já definido anteriormente, envolveria a existência de um território, uma população ali residente e um governo com soberania. No caso em questão, a Rus de Kiev possuía um território mais ou menos definido e uma população eslava homogênea. Entretanto, é necessário ter atenção para dois outros aspectos centrais para o estabelecimento de um governo soberano: a formação de um sistema legal e o desenvolvimento de uma ordem econômica.

Segundo Magocsi (1996, p. 90), o sistema legal constituiu um fator integrador da sociedade da Rus. O resultado foi que, através do sistema jurídico implementado, os habitantes da Rus de Kiev e seus governantes locais, reconheciam a existência de normas de comportamento, direitos e deveres. O sistema legal foi evoluindo ao longo dos anos, tendo atingido sua expressão mais avançada por meio da chamada *Pravda Russkaia*, ou Lei Russa, promulgada pelo Príncipe Yaroslav, o Sábio, em meados século XI.

Tratava-se de um código de leis, por meio do qual eram estabelecidas as condições pelas quais um cidadão poderia ser penalizado por crimes cometidos, e que era subdividida em quarenta e três seções. Tal código foi posteriormente revisado pelo Príncipe Vladimir Monomakh, no século XII. A elevada quantidade de cópias da Lei Russa descobertas, e ainda existentes em museus, sugere que o código foi amplamente utilizado e serviu ao propósito prático de permitir que os juízes tomassem decisões com base em normas comumente aceitas.

A lei continha disposições do Direito Civil (relativas aos bens, obrigações, família) e do Direito Penal, e neste caso chama atenção a proibição de pena de morte. As punições poderiam variar de apreensão de bens, banimento ou, mais frequentemente, de pagamento de multas. Mesmo assassinato e outros crimes graves estariam sujeitos a penalidades monetárias. Outro aspecto bastante interessante é que a Lei Russa estabelecia um estatuto igualitário às mulheres em relação aos homens, havendo penas específicas para assassinato de mulheres, assim como previsão legal para que elas assumissem a chefia da família e possuísem propriedades.

No que se refere à ordem econômica, a própria ascensão da Rus de Kiev estava diretamente relacionada ao comércio com os escandinavos ao norte e os bizantinos ao sul. Os príncipes Varangianos (Vikings) da dinastia Rurik, estiveram sempre preocupados em garantir o controle das rotas comerciais norte-sul, que se desenvolviam por meio dos rios da região, ligando o Mar Báltico ao Mar Negro. Por conseguinte, o comércio internacional constituía o principal fator de integração na antiga Rus (MAGOCSI, 1996, p. 91)

Mas também a agricultura e a silvicultura constituíam pilares da vida econômica da Rus, pois nas vastas terras que foram sendo agregadas ao Estado, se obtinham produtos também altamente desejados, tanto no norte, quanto ao sul, pois além de peles e couros, como já nos referimos, havia abundância em mel, cera, linho, cânhamo e grãos. Um outro produto de grande importância econômica eram os escravos, estes direcionados ao comércio com o Império Bizantino. Em termos de importação,

os comerciantes de Rus buscavam vinhos, armas, especiarias, seda, equipamentos para embarcações, joias, artigos de vidro e obras de arte (especialmente os ícones, após o introdução do Cristianismo). Em função do comércio com oriente médio, era comum a circulação de moedas árabes.

3.3 A invasão tártaro-mongol e o declínio da Rus de Kiev

Do mesmo modo como ocorreu com outros Estados europeus desta época, a Rus de Kiev enfrentou um declínio progressivo do domínio central, mas a formação de um novo alinhamento de forças políticas naquele Estado embrionário não ocorreria até que em 1237, um novo ator passasse a atuar em toda a Europa Oriental: os tártaro-mongóis.

A fragmentação se efetivou após uma avassaladora invasão mongol, lideradas por Batu Khan e sua Horda Dourada, que devastou muitas cidades da Rus, particularmente a cidade de Kiev, esta última destruída após um sangrento cerco. A parte nordeste da Rus, cuja cidade mais importante agora passava a ser Novgorod, passou a ter uma soberania limitada, mediante pagamento de tributos. Por outro lado, as terras russas do sul e oeste foram anexadas pelo Grão-Ducado da Lituânia.

Em que pese a manutenção da sede da dinastia Rurik em Novgorod, os membros dos clãs que dominavam os demais principados remanescentes da Rus e seus boiardos (nobres) mudavam de serviço de um príncipe para outro, rivalizando entre si, mas também fazendo amizades e alianças. Mas a população, em geral, tanto no oeste quanto no leste do espaço da antiga Rus continuava falando a mesma língua e sua fé se mantinha ortodoxa.

3.4 A expulsão dos invasores e o Principado de Moscou

Em um novo estágio de desenvolvimento histórico, tanto a Rus sob dominação lituana quanto a Rus de Novgorod poderiam ter se tornado os pontos de atração e consolidação dos territórios da Antiga Rus. Acontece que ao longo dos séculos, a cidade de Moscou surgiu e se fortaleceu na porção do extremo leste da antiga Rus, e acabou por se tornar um centro de poder, pois ali se firmaram os descendentes de um novo príncipe Rurik, Alexander Nevsky, que foi responsável pela expulsão dos invasores suecos e teutônicos, que ocupavam a região norte.

Por volta do ano de 1378, Moscou já era a capital espiritual dos principados eslavos ortodoxos e enriquecia frente aos demais principados. Naquele ano, o Príncipe Dmitry de Moscou, ou Dmitry Donskoy, organizou uma revolta contra os tártaro-mongóis, se recusando ao pagamento dos tributos, fato que resultou numa guerra, vendida pelos moscovitas na Batalha de Kulikovo, em 1380. O reinado de Dmitry marcou o desconflição no âmbito da dinastia Rurik, uma vez que até então inexistia um critério de sucessão muito claro. Dmitry estabeleceu que o filho mais velho seria o sucessor ao trono, o que representou um aumento de estabilidade política.

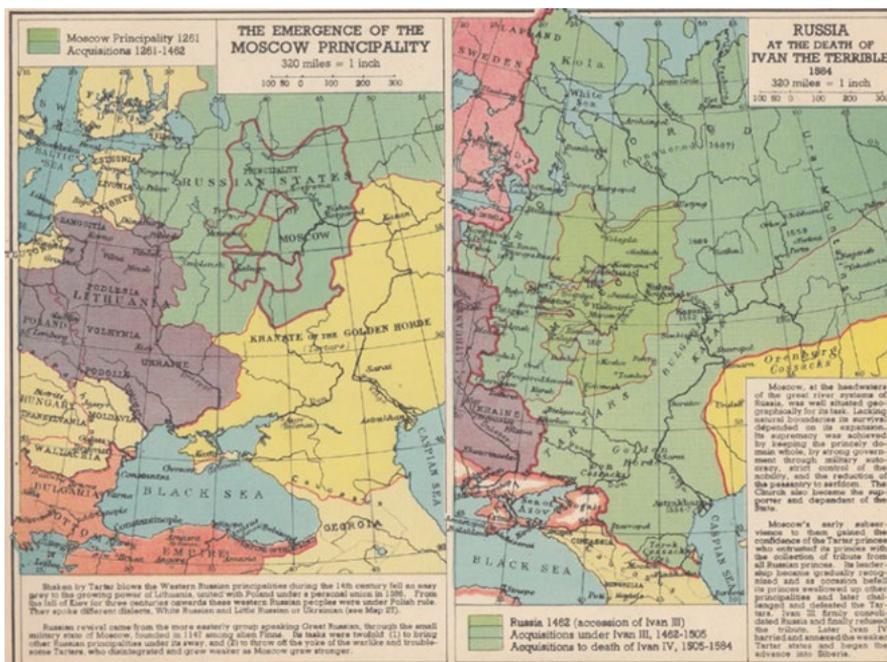
O domínio mongol seria definitivamente encerrado somente no ano de 1480, na Batalha do Rio Ugra, no mesmo período em que o Império Bizantino se encontra-

va em franca decadência. Ivan III, então Príncipe de Moscou, designou a si mesmo como sucessor dos imperadores bizantinos, com o título de Czar, e um Estado centralizado foi instituído.

Já no Grão-Ducado da Lituânia, que passara a anexar os territórios da Rus de Kiev à direita do Rio Dniepr, outros processos estavam se desenrolando. No século 14, a elite dominante da Lituânia se converteu ao catolicismo. No século 16, assinou a União de Lublin com o Reino da Polônia, formando a República das Duas Nações, maior Estado europeu de sua época. A nobreza católica polonesa recebeu consideráveis propriedades de terras e privilégios no antigo território da Rus. De acordo com a União de Brest, de 1596, parte do clero ortodoxo russo ocidental submeteu-se à autoridade do Papa. Iniciou-se o processo de “polonização” e latinização, o que representou uma decadência da ortodoxia.

No Mapa 4 é possível observa a distribuição espacial resultante da divisão da antiga Rus de Kiev entre o Principado de Moscou e o Grão-Ducado da Lituânia, posteriormente, República das Duas Nações⁴

Mapa 4 – Distribuição espacial do Principado de Moscou e Grão-Ducado da Lituânia/República das Duas Nações (1261-1584)



Como consequência de conflitos políticos, culturais e religiosos, os séculos 16-17 foram marcados por conflitos na região da bacia do Rio Dnieper. Ao longo de uma prolongada guerra entre o novo Estado russo e a República das Duas Nações,

4 Fonte do mapa: https://www.edmaps.com/emergence_moscow_principality.jpg

um sentimento nacionalista foi sendo forjado. Tal conflito foi encerrado com a Trégua de Andrusovo, no ano de 1667, e que resultou na assinatura do Tratado de Paz Perpétua, em 1686. Por meio de tal tratado, o Estado russo incorporou a cidade de Kiev e as terras na margem esquerda do Rio Dnieper, incluindo a região de Poltava, a região de Chernigov e Zaporozhye. Seus habitantes foram reunidos com a maior parte do povo ortodoxo russo. Estes territórios passaram a ser conhecidos na literatura da época como “Malorossia” (Pequena Rússia).

O termo “Ucrânia” teria aos pouco sendo incorporado para designar a região da Malorossia, a partir uso do vocábulo eslavo antigo “okraina”, que significaria periferia ou territórios fronteiriços, e que pode ser encontrada em diversas fontes escritas do século 12.

Na margem direita do Rio Dniepr, que permaneceu sob o controle da República das Duas Nações pelos termos do Tratado da Paz Perpétua, as antigas ordens católicas foram restauradas e a proibição de manifestações ortodoxas se intensificou, gerando uma migração dos praticantes da fé ortodoxa para além da margem esquerda.

Sob o reinado do Czar Ivan III, já no final do século XV, termina a presença tártaro-mongol na região que compreendia a antiga Rus de Kiev, então Principado de Moscou. A antes poderosa Horda Dourada recua para a Crimeia e além, particularmente as áreas geográficas do leste da Ucrânia, Cazaquistão e Uzbequistão, onde hoje ainda constituem uma presença étnica relevante.

Um aspecto relevante foi o fato que, após a queda de Constantinopla em 1453 para os otomanos, o Patriarcado Ortodoxo de Moscou teria se intitulado como a “Terceira Roma” (MORAN, 2023, p. 15). Tal proposição traz consigo um sentido de continuidade histórico-religiosa: após a queda Roma para os bárbaros (primeira Roma) e depois Constantinopla para os turcos (segunda Roma), a cidade de Moscou (a terceira Roma) permaneceria como herdeira das tradições do espaço cristão bizantino ou ortodoxo.

Entre os anos de 1598 e 1613, que corresponde ao período entre a morte do último governante da dinastia Rurik e a ascensão do primeiro Czar da dinastia Romanov, a área correspondente ao principado de Moscou entrou num período de conflitos e guerras internas, que passou para a história como o “Tempo das Perturbações” (ANTONOV, 2012, p. 43). Exércitos poloneses e suecos conquistaram diversas cidades russas nesse período.

3.5 A dinastia Romanov, o Império Russo e a reunificação do espaço da Rus

Em 1613, a escolha do jovem Mikail Romanov para assumir um trono reunificado representou o surgimento do que seria o Estado russo atual. Contendo as ameaças polonesas e suecas, a Rússia volta seus olhos para o leste, onde a ameaça mongol não mais constituía um problema militar. Por volta de 1636, as primeiras expedições russas chegam ao longínquo Oceano Pacífico e estabelecem relações diplomáticas com a China.

Ao sul, onde anteriormente havia um poderoso aliado, o Império Bizantino, a Rússia passaria a contar com um agressivo inimigo: o Império Otomano. Na segunda

metade do século 18, após diversas guerras com os otomanos, a Rússia incorporou a Crimeia e as terras da região do Mar Negro, então um vazio populacional, e que ficou conhecida como Novorossiia. Esse nova fronteira foi progressivamente povoada por pessoas provenientes de todas as províncias russas.

Após o fim da República das Duas Nações, o Império Russo recuperou as terras ocidentais da antiga Rus de Kiev, ou seja, boa parte da atual Ucrânia, com exceção da Galícia e da Transcarpátia, que se tornaram partes do Império Austríaco.

Segundo Magocsi (1996), a incorporação das terras da atual Ucrânia ao Estado russo não teria sido meramente o resultado de decisões políticas, militares ou diplomáticas. Teria sido sustentada por aspectos culturais, religiosos e linguísticos que não teriam sido apagadas no período de ocupação lituano-polonesa.

Assim, no início do século 17, a Igreja Ortodoxa decidiu que os habitantes das regiões reincorporadas da extinta República das Duas Nações poderiam se reconverter à ortodoxia, uma vez que teriam sido forçadamente convertidos ao catolicismo, e tal decisão teria sido comunicada à Roma.

O longo período de indefinição de fronteiras, assim como a diversidade étnica original dos povos que habitavam as terras do sudoeste do Império Russo, tal como a porção oeste da Ucrânia, a Novorossiia (hoje as regiões de Zaporizhzhia, Donetsk e Lughansk), assim como a Crimeia, fez com que ali se desenvolvessem dialetos e aspectos culturais distintos. Ali viviam tártaros, armênios, gregos, judeus, caraitas, krimchaks, búlgaros, poloneses, sérvios, alemães e outros povos que se estabeleceram, todos preservando fé, tradições e costumes que traziam consigo, e que, ainda hoje constituem um mosaico populacional diversificado.

O período das Guerras Napoleônicas marcou uma fase de consolidação do Império Russo no concerto europeu. Particularmente após a derrota dos exércitos napoleônicos, como resultado da campanha de 1812, e o estabelecimento de uma nova ordem mundial, decorrente dos acertos realizados no Congresso de Viena, em 1815, o Império Russo tornou-se efetivamente uma potência europeia, que passou a ocupar o espaço anteriormente existente na República das Duas Nações, ou seja, os países bálticos e a Polónia, assim como a Finlândia. E a Ucrânia, exceto a Galícia, que somente após a Segunda Guerra Mundial seria reincorporada à futura República Socialista Soviética da Ucrânia.

Após a reincorporação do território ucraniano, diversas iniciativas do Império Russo passaram a restringir a publicação e circulação de literatura religiosa e cultural na língua local. Mas também há evidências objetivas de que o Império Russo estava testemunhando um processo ativo de desenvolvimento da identidade cultural malorussa dentro da grande nação russa, que uniu os velikorussos, os malorussos e os bielorrussos.

Ao mesmo tempo, a ideia do povo ucraniano como uma nação separada dos russos começou a se formar e ganhar terreno, por meio da ação da elite polonesa, esta agora incorporada ao Império Russo como o Grão-Ducado de Varsóvia. A maioria das ricas terras agricultáveis ucranianas eram de propriedade de famílias polonesas.

Também na Galícia e na Volínia Ocidental, que desde o final do século XIX permaneciam sob o domínio do Império Austro-húngaro, ocorria um grande esforço

das autoridades de Viena no sentido de valorizar a cultura local ucraniana, particularmente com a finalidade de se contrapor aos movimentos nacionalistas polônês e pró-russo naquela região.

O declínio do Império Russo, entretanto, decorrente de fatores internos e externos, se acentuou após a Primeira Guerra Mundial, culminando com as revoluções de 1917 e a deposição de Nicolau II, último representante da dinastia Romanov.

3.6 O Cordon Sanitaire e o nascimento de um Estado Ucraniano

Durante a Primeira Guerra Mundial, Viena atuou no sentido de alimentar o antagonismo das populações ucranianas contra o agora inimigo russo. Dentre as medidas adotadas estava a formação da chamada Legião de Fuzileiros Ucranianos, que foi enviada às linhas de frente. Os Galegos que fossem acusados de adotarem uma postura simpatizante ao cristianismo ortodoxo e à Rússia foram submetidos a uma repressão sem precedentes. Eles teriam sido aprisionados nos campos de concentração de Thalerhof e Terezin, precursores dos campos de extermínio que seriam criados posteriormente pelos nazistas durante a Segunda Guerra Mundial.

A instabilidade econômica e social na sociedade russa e a desastrosa atuação na grande guerra selaram o fim da dinastia Romanov. Uma feroz guerra civil eclodiu em todo o vasto território do antigo Império Russo e levou a intervenção estrangeira, que buscou intervir para evitar a saída da Rússia na guerra contra os Impérios Centrais.

Em março de 1917 a Rada Central foi estabelecida em Kiev, destinada a se tornar o órgão do poder supremo. Em novembro de 1917, a Rada declarou a criação da República Popular da Ucrânia (RPU), ainda como parte integrante da Rússia.

De forma inesperada, em dezembro de 1917, representantes da RPU chegaram a Brest-Litovsk, onde a Rússia soviética negociava um tratado de paz com a Alemanha. Em uma reunião em 10 de janeiro de 1918, o chefe da delegação ucraniana leu uma nota proclamando a sua independência. Posteriormente, a Rada Central ratificaria a independência da Ucrânia. Pela primeira vez na história surgiu um Estado ucraniano independente.

Entretanto, a soberania ucraniana não duraria muito tempo. Tendo seu território ocupado por tropas alemãs apenas algumas semanas depois, os delegados da Rada assinaram um tratado separado com os países do bloco alemão. A Rada Central foi derrubada e um preposto alemão, Pavlo Skoropadskyi, foi colocado à frente de um governo de fachada, que imediatamente declarou que a Ucrânia estaria sob o protetorado alemão.

Segundo Anghel (2012, p. 49), a implosão do Império Russo constituía um dos objetivos principais da Alemanha e da Áustria nas negociações lavadas ao cabo em Brest-Litovsk. A delegação russa, chefiada pelo revolucionário comunista Leon Trotsky, não impôs restrição alguma aos ditames impostos pelos vencedores, uma vez que ele e seu líder, Vladimir Lenin, estavam mais preocupados com o sucesso de sua revolução proletária, do que para questões geopolíticas relacionadas a um Império que lutaram para depor.

Como consequência, não apenas a Ucrânia, mas também a Finlândia, a Lituânia, a Letônia, a Estônia e a Polônia se tornaram Estados independentes. Na visão alemã, esta vasta região estaria vocacionada para se constituir uma área livre de qualquer influência que atentasse para os interesses germânicos. Entretanto, com a derrota dos Impérios Centrais e as negociações realizadas em Versailes, o tema ganhou novos contornos, pois também interessaria aos vencedores. O isolamento da ameaça comunista que surgia no leste agora passava a ser uma preocupação das potências ocidentais. E surgiu justamente na França a ideia de que essa região se tornasse uma zona de amortecimento contra a ameaça bolchevique. Era a política do “Cordon Sanitaire”.

A França se unia à Alemanha e à Áustria no interesse geopolítico comum pela existência de um Ucrânia independente.

3.7 A consolidação da Ucrânia durante e após o período soviético

No outono de 1918, no bojo da Guerra Civil Russa, nacionalistas ucranianos da região do Donetsk proclamaram a República Popular da Ucrânia Ocidental (RPUO) e, em janeiro de 1919, anunciaram sua unificação com a RPU. Em julho de 1919, as forças ucranianas foram derrotadas pelas tropas polonesas, e o território do antigo RPUO foi novamente anexado sob o domínio polonês.

Em abril de 1920, Symon Petliura (hoje considerado um dos próceres da independência ucraniana) concluiu convenções secretas em nome da RPU, abrindo mão – em troca de apoio militar – das terras da Galícia e da Volínia Ocidental para a Polônia. Em maio de 1920, milícias sob as ordens de Petliura entraram em Kiev à frente de um comboio de tropas polonesas. Mas, novamente, tal iniciativa não resistiria por muito tempo. Já em novembro de 1920, após uma trégua entre a Polônia e a Rússia soviética, os remanescentes das forças de Petliura foram presos pelos seus próprios aliados poloneses.

O exemplo da instabilidade vivida pela RPU mostra claramente que seu destino esteve sempre condicionado ao interesse nacional estrangeiro. Durante a Guerra Civil Russa, os nacionalistas ucranianos procuravam criar seus próprios Estados independentes, enquanto os líderes dos chamados movimentos branco e vermelho (bolcheviques), ambos defendiam uma união com a Rússia.

Assim, no início de 1918, a República Soviética de Donetsk-Krivoy Rog foi proclamada e seus líderes solicitaram a Moscou para incorporá-la à nova Rússia Soviética. Entretanto, isso foi recebido com uma recusa. Durante uma reunião com os líderes da República, Vladimir Lenin insistiu que eles deveriam buscar anteriormente uma união de toda a Ucrânia, antes de torná-la soviética. Em 15 de março de 1918, o Comitê Central do Partido Comunista Russo (bolcheviques) ordenou diretamente que delegados fossem enviados ao Congresso Ucraniano dos Sovietes e aos representantes de Donetsk, com a proposta de que “um governo para toda a Ucrânia” fosse estabelecido.

Sob o Tratado de Riga de 1921, celebrado entre a República Federativa Socialista Soviética (RFSS) da Rússia, a República Socialista Soviética (RSS) da Ucrânia

e a Polônia, ficou acordado que as terras ocidentais do antigo Império Russo seriam cedidas à Polônia. No período entre guerras, o governo polonês seguiu uma política ativa de reassentamento, buscando mudar a composição étnica das chamadas “terras orientais” (o que hoje é a porção ocidental da Ucrânia), Belarus Ocidental e partes da Lituânia. As áreas foram submetidas a uma dura política de “polonização”, na qual a cultura e as tradições locais foram suprimidas. Mais tarde, durante a Segunda Guerra Mundial, grupos radicais de nacionalistas ucranianos usaram isso como pretexto para o terror não apenas contra os poloneses, mas também contra as populações judaica e russa, fato que gera ressentimentos até hoje com a Polônia.

Somente em 1922 a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) foi criada, na qual a RSS da Ucrânia foi um dos Estados fundadores. Isso ocorreu no bojo de um debate bastante acirrado entre os líderes bolcheviques, que resultou na implementação do plano de Lênin de formar um Estado constituído como uma federação de repúblicas iguais.

Em 1921 foi estabelecido o direito de as repúblicas se separarem livremente da União, o que foi incluído no texto da Declaração sobre a Criação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e, posteriormente, na Constituição Soviética (URSS, 1924).

À época ninguém poderia imaginar que tal previsão, acordada no raiar da criação da URSS, seria responsável pelo seu fim setenta anos depois, ato formalizado pela Declaração de Alma-Ata, que instituiu a Comunidade dos Estados Independentes (1991), documento, diga-se de passagem, nunca assinado ou ratificado pela Ucrânia.

Nas décadas de 1920-1930, os bolcheviques promoveram ativamente a “política das nacionalidades” em todas as Repúblicas integrantes da URSS. Na Ucrânia, isso representou uma política de fortalecimento da cultura ucraniana, que ao estilo peculiar de Stalin (então Secretário das Nacionalidades), foi imposta mesmo aos não ucranianos. Smith (2013) chega a afirmar, inclusive, que esta política teria sido a grande responsável pelo fortalecimento do nacionalismo ucraniano.

Em 1939, a URSS recuperou as terras anteriormente cedidas à Polônia pelo Tratado de Riga, por meio do Tratado Ribbentrop-Molotov, assinado com a Alemanha Nazista. Uma grande parte deles tornou-se parte da Ucrânia soviética. Em 1940, a RSS da Ucrânia incorporou parte da Bessarábia, que havia sido ocupada pela Romênia desde 1918, bem como a Bucovina do Norte. Em 1948, a Ilha Zmeyiniy (Ilha das Cobras), no Mar Negro, tornou-se parte da Ucrânia. Em 1954, sob o governo de Kruschchev, a região da Crimeia da RFSS da Rússia foi entregue à RSS da Ucrânia.

Do exposto, e em consonância com o que Jeremy Smith (2013) apresenta no seu bem documentado livro *Red Nations (Nações Vermelhas)*, a Ucrânia atual deve muito de sua cultura e a integralidade do seu território ao período soviético.

Apenas como um parêntesis, é importante destacar que a Rússia soviética era um Estado-Membro federativo dentro de uma outra federação, que era a URSS. Isto decorreu devido ao seu claro perfil multinacional. A RSS da Ucrânia, por outro lado, mesmo tendo também uma constituição multinacional, optou por uma forma unitária. Isto terá consequências importantes para o contexto atual, uma vez que sendo um Estado unitário, para a Ucrânia não é possível a aceitação de regiões autônomas,

características de um Estado federativo. Tais formas de Estado se mantiveram após o fim da URSS, em 1991.

Finalmente, não se pode deixar de destacar o processo de expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para o leste, em direção às fronteiras da federação da Rússia. Este é um processo antecipado pelo Presidente George W. Bush ainda na cúpula da OTAN, realizada em Bucareste em 2008, quando o líder dos EUA apresentou seu plano de incorporação da Ucrânia à aliança atlântica.

O já então Presidente da Rússia Vladimir Putin, vinha alertando, desde o ano de 2007, que a adesão da Ucrânia e da Geórgia à OTAN seriam ameaças existenciais à Federação da Rússia. No seu famoso discurso proferido durante a Conferência de Segurança de Munique, em 2007, Putin defendeu a criação de uma ordem multipolar em contraponto à ordem unipolar norte-americana. Neste sentido, Putin criticou a política unilateral dos EUA no mundo, incluindo os planos de instalar assim chamado escudo antimísseis na Polônia e na República Tcheca, assim como a expansão da OTAN em direção ao Leste Europeu, para a Ucrânia em particular (PUTIN, 2007).

4. CONCLUSÃO

Voltando a problematização, inicialmente foi possível concluir que Rússia e Ucrânia possuem uma característica comum, na qual a formação da identidade nacional dos dois jovens Estados tem no nacionalismo um de seus pilares existenciais.

No desenvolvimento do presente trabalho foi também possível identificar dois lados dessa questão: o aspecto linguístico-cultural, diretamente ligado ao conceito de nação, e o aspecto político, assim entendido como a base para a formação de um Estado.

Quanto ao primeiro aspecto, foram identificados três diferentes pontos de vista: uma vertente linguística, uma outra cultural e uma última que chamaríamos de “reconhecimento”.

Sob o aspecto linguístico, não resta dúvida que a língua russa e ucraniana são variantes bastante próximas da família linguística dos Eslavos de Leste, e quanto a isso não há muito o que debater.

Quanto ao aspecto cultural, verificamos que os povos russo e ucraniano conviveram continuamente entre os anos de 862-1240 e entre 1921-1991. Seriam quase 500 anos de história em comum. Considerando que a Federação da Rússia e a Ucrânia foram criadas em 1991, ou seja, possuem apenas 32 anos de história no formato de seus Estados atuais. Seria difícil desconsiderar os mais de 500 anos de história compartilhada, por mais esforço que fizéssemos. Mas se for considerado também o aspecto religioso, decorrente da conversão de boa parte da população de ambas as nações ao credo ortodoxo, sabidamente muito mais cioso das tradições do que os católicos romanos, será possível facilmente aumentar em algumas centenas de anos a comunhão de costumes e cultura mútuas.

Quanto à vertente denominada de “reconhecimento”, teremos que voltar ao conceito que apresentou Gellner (1993). Segundo ele, seria o reconhecimento mútuo o fator primordial para a formação de uma Nação e, portanto, não os atributos even-

tualmente compartilhados. No caso russo-ucraniano, os atributos seriam muitos, mas o reconhecimento mútuo é sabidamente questionado, particularmente pelo fato de que, tanto a Federação da Rússia, quanto a Ucrânia, constituem Estados Multinacionais. No caso da Rússia isso fica mais evidente, na medida em que ela é uma Federação. Mas no caso da Ucrânia, um Estado sob a forma unitária, fica muito mais complexa a manutenção de regiões autônomas para acomodar povos com perfis culturais diferentes. E tal característica é uma fonte de conflito.

Passando para o aspecto político, podemos constatar que os atuais Estados russo e ucraniano são bastante jovens, tendo sido criados com o debacle da URSS em 1991. Não resta dúvida que possuem uma origem imediata, e mesmo remota, comum. Pode-se imaginar que será necessário um esforço muito grande para se contar a história de um sem falar nas interações havidas com o outro desde o ano de 862, ou seja, ao longo de mais de mil anos. Mesmo que tal história seja recheada de momentos de amor e de ódio.

Voltando às aulas do professor Timothy Snyder, num curso denominado *The Making of Modern Ukraine* (A formação da Ucrânia Moderna), tal dificuldade em manter compartimentada uma história comum fica evidente, particularmente ao se acompanhar seu curso virtual (SNYDER, 2022), pois ali chama a atenção o esforço que o dito professor de Yale teve, ao ter que reservar todas as quatro primeiras aulas (de um total de vinte) apenas para construir uma narrativa para justificar o contrário.

Também se observa que no decorrer de seu curso, o Professor Snyder propostamente desconsidera referências históricas essenciais, das quais citarei apenas algumas que qualquer observador atento não deixará passar despercebidas: a raiz comum entre as línguas russa e o ucraniana, a existência de uma dinastia Rurik, o impacto do período de dominação tártaro-mongol no contexto da formação das respectivas nacionalidades, a influência da política de nacionalidades soviética para o fortalecimento da identidade nacional ucraniana e, mais ainda, o caráter multinacional da população hoje existente na Ucrânia.

Portanto, a formação das identidades nacionais russa e ucraniana no bojo dos respectivos Estados, ainda jovens na configuração atual, é um processo que certamente não será breve, e tão pouco pacífico, caso se mantenha o processo antagonístico escolhido por ambos.

Nos chama a atenção o fato de que, ao longo da história, a formação da nacionalidade ucraniana foi sistematicamente utilizada por potências estrangeiras, nomeadamente a Lituânia, a Polônia, a Áustria, a Alemanha e a França, e nos dias de hoje os Estados Unidos da América, para isolar a Rússia do contexto europeu.

Mas o fato que não pode ser mudado é que ambos os países têm uma origem comum, aspecto que poderia estar sendo utilizado para uma construção conjunta e não para uma destruição mútua.

Também, pode-se concluir que a Guerra da Ucrânia pode não ser somente um desentendimento belicoso entre os povos eslavos, fruto do nacionalismo, mas decorrente da ação de outros atores internacionais no âmbito de estratégias geopolíticas, como se pode constatar neste trabalho. Existindo, portanto outros personagens no conflito que estão dentro desta “caixa de Pandora” de interesses, com a finalidade de

desenvolver novo marco civilizatório da humanidade.

Ocorreria hoje na Ucrânia, assim como já ocorreu no passado, a deflagração de um conflito por influência de fatores geopolíticos externos, no qual se acha em jogo uma imposição de influência e poder. Neste sentido, a Ucrânia, que em muitas ocasiões já serviu como proxy, ou seja, agiu mediante procuração, estaria novamente sendo impelida para um conflito.

É indiscutível que a Ucrânia possa desenvolver sua legítima aspiração por independência. Mas da análise da história se observa que, na busca por sua independência, a Ucrânia se viu inúmeras vezes assumindo dois diferentes papéis. O primeiro deles, subordinado aos interesses externos que se valiam do seu sentimento nacionalista para conter o que se visualizava como a ameaça russa do leste. O segundo, ao lhe ser reservado o destino de constituir um Estado tampão entre a Europa Ocidental e a Rússia. Um verdadeiro “algodão entre cristais”.

Desta forma, os atores internacionais que se candidatam a um papel de liderança hegemônica neste momento de formação de uma nova ordem mundial, buscam se aproveitar deste conflito entre Rússia e Ucrânia como palco para o desenvolvimento de seus interesses geopolíticos.

REFERÊNCIAS

ANGHEL, Florin. Eastern Borderlands as ‘cordon sanitaire’. *Annales Universitatis Mariae Curie-Sklodowska*. v. LXVII. Lublin: University of Constanta, 2012. pp. 49-61.

ANTONOV, Boris. *The Russian Tsars: The Rurikids and The Romanovs*. St. Petersburg: Novator, 2012.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. 9ª edição Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro: FORENSE Universitária 1999.

BLINNIKOV, Mikhail S. *A geography of Russia and its neighbors*. Guilford. Nova Iorque, 2011.

CARDOSO, Alberto Mendes. *Os Treze Momentos – análise da obra de Sun Tzu*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1987.

CASTRO, T. *Teorias das relações internacionais*. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/931-Teoria_das_Relacoes_Internacionais.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

COMUNIDADE DOS ESTADOS INDEPENDENTES, Declaração de Alma-Ata, 21 Dez 1991. *Independências dos Estados*. Disponível em: <http://www.cis.minsk.by/page.php?id=178>. Acesso em: 16 ago. 2023.

CROSS, Samuel H. (ed.). *The Russian Primary Chronicle: Laurentian Text*. Cambridge: Crimson Printing Company, 1953.

COUTINHO, Júlio Raphael, Platão e Aristóteles: os mestres do saber político. 1ª edição, Rio de Janeiro: Editora SESI, 2009.

COUTINHO, Júlio Raphael, Filosofia e a Ciência Militar no Terceiro Milênio. 1ª edição, Gráfica do Patronato – Resende RJ, 2020.

DE CICCIO, Cláudio, Dinâmica da História, São Paulo, Palas Athena do Brasil, 1981.

DE FREITAS COUTINHO, M. A. Geopolítica e ciências afins: considerações teóricas. Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares. V. 15, N. 52, P. 61-90, 18 DEZ. 2020.

DIETZ, Mary. Trapping The Prince Machiavelli and The Politics of Deceptions. In: The American Political Science Review volume 80, número 3, 1986, p. 777-799.

GELLNER, Ernest. Nations and Nationalism. Oxford: Basil Blackwell, 1983.

FLINT, C. TAYLOR, P. J. Political Geography: World Economy, Nation-State, and Locality. 7. ed. New York: Routledge, 2018.

HEROD, Charles C. The Nation in the History of Marxian Thought: The Concept of Nations with History and Nations Without History. The Hague: Martinus Nijhoff, 1976.

MAGOCSI, Paul R. A History of Ukraine. Toronto: University of Toronto Press, 1996.

MORAN, Alejandro Nelson Bertocchi. El Conflicto de Ucrania y sus referências históricas. Observatorio del Conflicto Ucrania-Rusia, Buenos Aires, n. 10, abr. mai. 2023. Disponível em: <https://shre.ink/avKv>. Acesso em: 15 ago. 2023.

MORGENTHAU, H. J. Politics among nations: the struggle for power and peace. 6. ed. Peking: Peking University Press, 1997.

NURLAND, Victoria. Unity in Challenging Times: Building on Transatlantic Resolve. U.S. Embassy in Ukraine News & Events, Kiev, p. 1-2, 27 jan. 2015. Disponível em: <https://shre.ink/2dSI>. Acesso em: 21 ago. 2023.

PEGORARO, Olinto Antônio. Ética dos Maiores Mestres Através da História. 5ª edição- Petrópolis: Vozes, 2013.

PUTIN, Vladimir V. Speech at the Munich Conference on Security Policy. Events of the President of Russia, Kremlin: Moscow, 10 fev. 2007. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>. Acesso em: 22 ago. 2023.

_____. On the Historical Unity of Russians and Ukrainians. Moscow: Boris Yeltsin Presidential Library, 2021. Disponível em: <https://shre.ink/aMq4>. Acesso em: 7 ago. 2023.

SEGRILLO, Angelo (ed.), AARÃO REIS, Daniel, FERRARO JR, Vicente G. On War: Essays about the Russo-Ukrainian Conflict from a Global Perspective. São Paulo: FFLCH/USP, 2023.

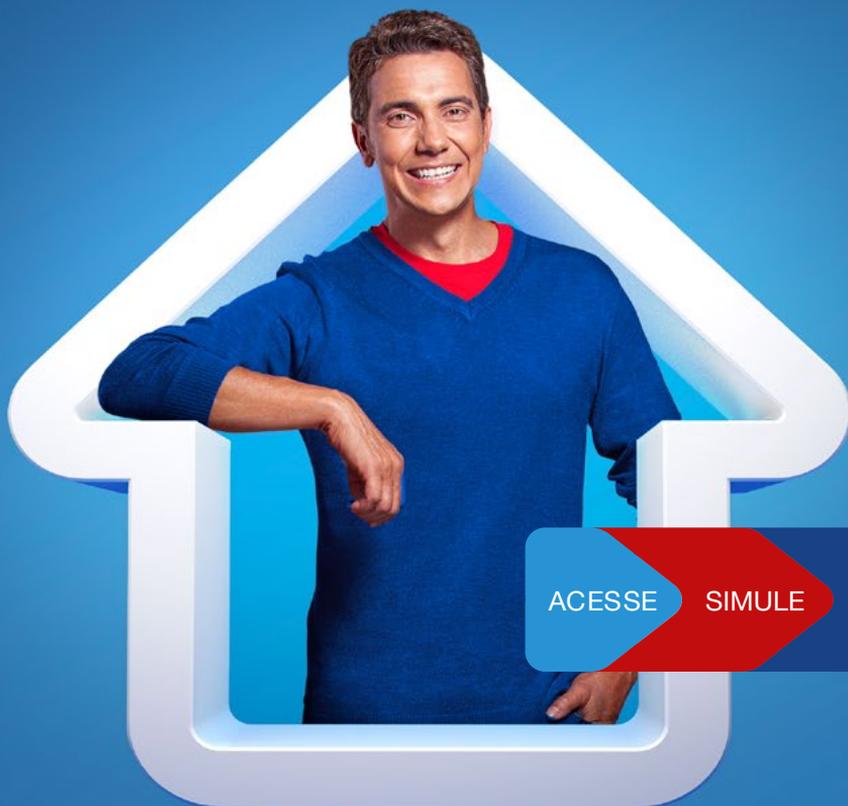
- SCHWAB Klaus e DAVIS Nicholas. *Aplicando a Quarta Revolução Industrial*. 1ª edição. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2018.
- SGARBOSSA, Luís F. IENSUE, Geziela. *Teoria do Estado Moderno e Contemporâneo*. [S.l.]: Instituto Brasileiro de Pesquisa Jurídica, 2018.
- SMITH, Jeremy. *Red Nations: The Nationalities Experience in and after the USSR*. Londres: Cambridge, 2013.
- SKINNER, Quentin. “A era dos príncipes.” In: *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SNYDER, Timothy. *The Making of Modern Ukraine: Class 1*. YouTube, 1 set. 2022. Disponível em: <https://shre.ink/aJMY>. Acesso em: 7 ago. 2023.
- STATHAKOPOULOS, Dionysios. *The Byzantine Empire: a short History*. Londres: Tauris & Co, 2015.
- SUBTELNY, Orest. *Ukraine: a history*. Totonto: University of Toronto Press, 4ª ed. 2009.
- SUSSEX, Roland. CUBBERLEY, Paul. *The Slavic Languages*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- TEIXEIRA JÚNIOR, A. W. M. *Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos*. Curitiba: InterSaberes, 2017.
- THE GUARDIAN. *Fuck the EU: US diplomat Nurland’s phonecall leaked*. US News, London, p. 1-2, 7 fev. 2014. Disponível em: <https://shre.ink/2djR>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- URSS. *Constitutsia (Oznovoi Zakon) Soiuza Sovietskir Socialistitcheskir Respublik. Utverjdjena 2o Siezdom Sovietov Soiuza SSR*. 31 jan. 1924. Disponível em: http://constitution.garant.ru/history/ussr-rsfsr/1924/red_1924/185480/ Acesso em: 16 ago. 2023.

Consulte as normas e condições vigentes. Sujeito a análise cadastral.

Crédito Imobiliário Digital

A casa própria com as melhores condições

Financiamento com juros baixos, rápida liberação e outros benefícios para a construção e a aquisição de imóvel, terreno e material de construção.



ACESSE

SIMULE

CONTRATE

FHE

POUPEX

poupe x . c o m . b r